

Copacol

60

anos

RELATÓRIO
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
2023



DIRETORIA EXECUTIVA

Valter Pitol
Diretor-presidente

James Fernando de Moraes
Diretor-Vice-presidente

Silvério Constantino
Diretor-Secretário

Conselho de Administração

Andrei Buss
Elder Cândido Gabriel
Genézio Clemente
Gilberto Francisco Hernandes
Ítalo Rafael Sirico
João Alves Rodrigues
José Moraes da Silva Filho
Lourival Malagutti
Luiz Antônio Della Valentina
Miguel Motter
Sérgio Luiz Squizzato
Waldemar de Ré

Conselho Fiscal Efetivos

Alex Bini Ferreira
Geraldo de Moraes Correa
Rogério Effting

Conselho Fiscal Suplentes

Jair Irineu Felipe
Martim José Steimbach
Paulo Oenning

Copacol
60
anos



Índice

04 RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

08 BALANÇOS PATRIMONIAIS

10 DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS

11 DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

12 DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES
DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

13 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

14 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



KPMG Auditores Independentes Ltda.
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Conselheiros e Diretores da

Copacol – Cooperativa Agroindustrial Consolata

Cafelândia – Paraná

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Copacol - Cooperativa Agroindustrial Consolata (“Cooperativa”, “Cooperativa e suas controladas” ou “Grupo”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Copacol - Cooperativa Agroindustrial Consolata em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Cooperativa e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Grupo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa e suas controladas.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

– Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

– Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 22 de janeiro de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-PR

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Cristiano Aurélio Kruk', with a long, sweeping flourish extending to the right.

Cristiano Aurélio Kruk
Contador CRC PR-054366/O-0

BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	9.a	1.234.373	1.132.672	1.239.664	1.137.283
Aplicações financeiras	9.b	448.893	350.051	448.893	350.051
Contas a receber	10	1.284.730	1.126.442	1.285.222	1.126.686
Impostos a recuperar	11	85.278	34.711	85.596	34.968
Adiantamento a fornecedores		206.869	259.212	205.340	256.773
Instrumentos financeiros derivativos	35	83.747	118.189	83.747	118.189
Outros créditos a receber		164.915	152.060	167.207	152.314
Estoques	12	1.512.424	1.884.438	1.512.424	1.884.438
Ativo biológico	13	324.186	332.520	324.186	332.520
Total do ativo circulante		5.345.415	5.390.295	5.352.279	5.393.222
Contas a receber	10	45.493	13.078	45.493	13.078
Outros créditos a receber		-	-	16	57
Impostos a recuperar	11	223.168	185.791	223.557	186.018
Investimentos	14	168.040	160.200	158.499	151.503
Imobilizado	15	2.257.186	2.099.559	2.264.948	2.105.491
Ativo biológico	13	256.211	280.641	256.211	280.641
Direito de uso	34	441.442	480.636	441.442	480.636
Intangível	16	38.548	44.290	44.105	50.709
Total do ativo não circulante		3.430.088	3.264.195	3.434.271	3.268.133
		8.775.503	8.654.490	8.786.550	8.661.355

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

Passivo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Débito com cooperados e não cooperados	17	1.387.710	1.241.129	1.387.710	1.241.129
Fornecedores	18	554.977	517.773	556.605	519.323
Empréstimos e financiamentos	19	1.197.594	2.030.872	1.198.322	2.031.050
Obrigações sociais e tributárias	20	30.574	28.365	31.032	28.719
Obrigações com pessoal	21	127.226	111.525	127.676	111.913
Instrumentos financeiros derivativos	35	181.967	104.697	181.967	104.697
Contas a pagar de arrendamento	34	71.952	74.927	71.952	74.927
Outros débitos a pagar	22	77.025	64.137	79.392	64.138
Total do passivo circulante		3.629.025	4.173.425	3.634.656	4.175.896
Fornecedores	18	24	10.416	3.077	14.247
Empréstimos e financiamentos	19	1.802.760	1.481.379	1.805.104	1.481.927
Provisão para contingências	24	30.694	30.345	30.694	30.345
Instrumentos financeiros derivativos	35	14.739	70.833	14.739	70.833
Contas a pagar de arrendamento	34	388.081	428.225	388.081	428.225
Outros débitos a pagar	22	9.162	6.845	9.162	6.845
Total do passivo não circulante		2.245.460	2.028.043	2.250.857	2.032.422
Patrimônio líquido	26				
Capital social realizado		159.387	141.217	159.397	141.227
Reserva estatutária		1.229.964	1.040.813	1.229.964	1.040.813
Reserva especial		168.018	185.440	168.018	185.440
Reserva de capital		1.128.079	895.143	1.128.079	895.143
Ajuste de avaliação patrimonial		87.696	90.621	87.696	90.621
Contabilidade de hedge		3.784	1.196	3.784	1.196
Sobras do exercício		124.090	98.592	124.099	98.597
Total do patrimônio líquido		2.901.018	2.453.022	2.901.037	2.453.037
		8.775.503	8.654.490	8.786.550	8.661.355

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Cooperados	Não Cooperados	Controladora		Consolidado	
				2023	2022	2023	2022
Ingressos e receitas operacional líquidas	27	8.278.118	1.127.451	9.405.569	8.789.067	9.424.815	8.805.180
(-) Dispêndios e custos das vendas e serviços	28	(6.719.264)	(915.144)	(7.634.408)	(6.892.237)	(7.643.347)	(6.899.673)
Resultado com instrumentos financeiros		<u>(44.662)</u>	<u>(6.083)</u>	<u>(50.745)</u>	<u>8.735</u>	<u>(50.745)</u>	<u>8.735</u>
Sobra e lucro bruto operacional		<u>1.514.192</u>	<u>206.224</u>	<u>1.720.416</u>	<u>1.905.565</u>	<u>1.730.723</u>	<u>1.914.242</u>
Dispêndios e despesas		<u>(763.475)</u>	<u>(103.983)</u>	<u>(867.458)</u>	<u>(1.207.774)</u>	<u>(874.865)</u>	<u>(1.214.305)</u>
Dispêndio e despesas comerciais	29	(520.590)	(70.903)	(591.493)	(638.165)	(591.813)	(638.341)
Dispêndio e despesas administrativas	30	(259.370)	(35.325)	(294.695)	(319.508)	(297.881)	(322.428)
Dispêndio e despesas com pessoal	31	(250.853)	(34.166)	(285.019)	(274.079)	(288.533)	(277.168)
Dispêndio e despesas com conselho administrativo e fiscal		(3.322)	(453)	(3.775)	(3.302)	(3.775)	(3.302)
Dispêndio e despesas tributárias		(15.268)	(2.079)	(17.347)	(15.600)	(17.792)	(15.964)
Outros dispêndios e ingressos operacionais		<u>285.928</u>	<u>38.943</u>	<u>324.871</u>	<u>42.880</u>	<u>324.929</u>	<u>42.898</u>
Resultado antes do resultado financeiro, equivalência patrimonial e impostos		<u>751.507</u>	<u>101.452</u>	<u>852.958</u>	<u>697.791</u>	<u>855.858</u>	<u>699.937</u>
Resultado financeiro		<u>(284.268)</u>	<u>(25.345)</u>	<u>(309.613)</u>	<u>(304.366)</u>	<u>(309.469)</u>	<u>(304.180)</u>
Ingressos e receitas financeiras	32	266.001	228.011	494.012	523.217	494.541	523.593
(-) Dispêndios e despesas financeiras	32	(550.269)	(253.356)	(803.625)	(827.583)	(804.010)	(827.773)
Resultado de equivalência patrimonial	14	<u>1.797</u>	<u>245</u>	<u>2.042</u>	<u>1.547</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		<u>469.035</u>	<u>76.352</u>	<u>545.387</u>	<u>394.972</u>	<u>546.389</u>	<u>395.757</u>
Tributos sobre os lucros		<u>-</u>	<u>(9.849)</u>	<u>(9.849)</u>	<u>(25.740)</u>	<u>(10.848)</u>	<u>(26.521)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	25	-	(9.849)	(9.849)	(25.740)	(10.848)	(26.521)
Sobra e lucro líquido do exercício		<u>469.035</u>	<u>66.503</u>	<u>535.538</u>	<u>369.232</u>	<u>535.541</u>	<u>369.236</u>
Sobra e lucro líquido do exercício atribuído aos:							
Controladores						535.538	369.232
Não controladores						<u>3</u>	<u>4</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2023	2022	2023	2022
Lucro líquido do exercício	535.538	369.232	535.541	369.236
Contabilidade de <i>hedge</i>	<u>3.784</u>	<u>1.196</u>	<u>3.784</u>	<u>1.196</u>
Resultado abrangente do exercício	<u><u>539.322</u></u>	<u><u>370.428</u></u>	<u><u>539.325</u></u>	<u><u>370.432</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

		<u>Reserva de lucros</u>							
		Capital social	Reserva estatutária	Reserva especial	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Contabilidade de hedge	Sobras do exercício	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	Nota Explicativa	128.557	882.741	189.153	787.101	93.165	19.147	98.619	2.198.483
Pagamento das sobras 2021	26.b	-	-	-	-	-	-	(98.619)	(98.619)
Sobras/lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	369.232	369.232
Retenção para aumento de capital	26.a	19.666	-	-	-	-	-	-	19.666
Integralização de capital de novos cooperados	26.a	5	-	-	-	-	-	-	5
Baixa de capital (demissão, exclusão e eliminação)	26.a	(1.608)	-	-	-	-	-	-	(1.608)
Baixa de capital (cooperados com mais 55 anos)	26.a	(5.403)	-	-	-	-	-	-	(5.403)
Retirada de Fates		-	(5.145)	-	-	-	-	-	(5.145)
Aumento de reserva - Fates Cotriguaçu		-	4.331	-	-	-	-	-	4.331
Realização ajuste avaliação patrimonial	26.c	-	2.544	-	-	(2.544)	-	-	-
Contabilidade de <i>hedge</i>	26.f	-	-	-	-	-	(17.951)	-	(17.951)
Distribuição do resultado									
Juros sobre capital próprio	26.a	-	-	-	-	-	-	(7.505)	(7.505)
Subvenções governamentais	26.d	-	-	-	108.042	-	-	(110.506)	(2.464)
Reversão reserva especial	26.c	-	-	(3.713)	-	-	-	3.713	-
Resultado de equivalência patrimonial	14.b	-	1.547	-	-	-	-	(1.547)	-
Aumento de reserva - sobras Frimesa		-	5.045	-	-	-	-	(5.045)	-
Aumento de reserva - sobras Cotriguaçu		-	2.358	-	-	-	-	(2.358)	-
Aumento do Fates - resultado com terceiros	26.b	-	26.891	-	-	-	-	(26.891)	-
Aumento do Fates - 10%	26.b	-	21.909	-	-	-	-	(21.909)	-
Fundo de reserva legal - 20%	26.b	-	43.819	-	-	-	-	(43.819)	-
Reserva de desenvolvimento - 25%	26.b	-	54.773	-	-	-	-	(54.773)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		141.217	1.040.813	185.440	895.143	90.621	1.196	98.592	2.453.022
Pagamento das sobras 2022	26.b	-	-	-	-	-	-	(98.592)	(98.592)
Sobras/lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	535.538	535.538
Retenção para aumento de capital	26.a	26.362	-	-	-	-	-	-	26.362
Integralização de capital de novos cooperados	26.a	5	-	-	-	-	-	-	5
Baixa de capital (demissão, exclusão e eliminação)	26.a	(2.724)	-	-	-	-	-	-	(2.724)
Baixa de capital (cooperados com mais 55 anos)	26.a	(5.473)	-	-	-	-	-	-	(5.473)
Retirada de Fates		-	(4.302)	-	-	-	-	-	(4.302)
Aumento de reserva - Fates Cotriguaçu		-	2.853	-	-	-	-	-	2.853
Realização ajuste avaliação patrimonial	26.c	-	2.904	-	-	(2.925)	-	-	(21)
Contabilidade de <i>hedge</i>	26.f	-	-	-	-	-	2.588	-	2.588
Distribuição do resultado									
Juros sobre capital próprio	26.a	-	-	-	-	-	-	(8.238)	(8.238)
Subvenções governamentais	26.d	-	-	-	232.936	-	-	(232.936)	-
Reversão reserva especial	26.c	-	-	(17.422)	-	-	-	17.422	-
Resultado de equivalência patrimonial	14.b	-	2.042	-	-	-	-	(2.042)	-
Aumento de reserva - sobras Frimesa		-	2.082	-	-	-	-	(2.082)	-
Aumento de reserva - sobras Cotriguaçu		-	1.809	-	-	-	-	(1.809)	-
Aumento do Fates - resultado com terceiros	26.b	-	30.098	-	-	-	-	(30.098)	-
Aumento do Fates - 10%	26.b	-	27.575	-	-	-	-	(27.575)	-
Fundo de reserva legal - 20%	26.b	-	55.151	-	-	-	-	(55.151)	-
Reserva de desenvolvimento - 25%	26.b	-	68.939	-	-	-	-	(68.939)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		159.387	1.229.964	168.018	1.128.079	87.696	3.784	124.090	2.901.018

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		535.538	369.232	535.541	369.236
Ajustes para:					
Depreciação imobilizado	15	161.663	147.082	161.663	147.082
Amortização biológico	13	116.598	91.031	116.598	91.031
Amortização intangível	16	6.846	4.045	10.560	7.506
Depreciação direito de uso	28 e 30	60.912	61.997	60.912	61.997
Resultado na alienação de imobilizado	15	5.376	2.661	5.376	2.661
Perda esperada do contas a receber	10	(12.494)	57.886	(12.494)	57.886
Provisão para deságio de ICMS	11	(59.605)	7.217	(59.605)	7.217
Provisão para contingências	24	349	1.818	349	1.719
Instrumentos financeiros derivativos	35	58.206	(113)	58.206	(113)
Juros e variação cambial apropriados	19	305.124	276.383	305.124	276.383
Resultado de equivalência patrimonial	14	(2.042)	(1.547)	-	-
Juros sobre direito de uso	34	16.479	26.176	16.479	26.176
Imposto de renda e contribuição social		9.849	25.740	10.848	26.521
Outras provisões		479	(708)	-	(1.189)
		<u>1.203.278</u>	<u>1.068.900</u>	<u>1.209.557</u>	<u>1.074.113</u>
Variações nos ativos e passivos					
Aplicações financeiras	9	(98.842)	145.151	(98.842)	145.151
Contas a receber	10	(178.209)	(268.724)	(178.457)	(268.822)
Tributos a recuperar	11	(28.339)	(55.236)	(28.562)	(54.998)
Adiantamento a fornecedores		52.343	81.485	51.433	80.102
Estoques	12	372.014	(53.732)	372.014	(53.732)
Ativo biológico	13	(83.834)	(175.276)	(83.834)	(175.276)
Outros ativos		(12.855)	(52.819)	(14.852)	(52.892)
Débito com cooperados e não cooperados	17	164.705	150.372	138.343	130.706
Fornecedores	18	26.812	(13.673)	26.112	(13.987)
Obrigações sociais e tributárias	20	(2.939)	(5.101)	(3.834)	(5.800)
Obrigações com pessoal	21	15.701	14.677	15.763	14.781
Outros débitos a pagar	22	7.798	(7.911)	43.913	11.754
		<u>234.355</u>	<u>(240.787)</u>	<u>239.197</u>	<u>(243.013)</u>
Impostos pagos sobre o lucro		<u>(4.701)</u>	<u>(17.017)</u>	<u>(4.701)</u>	<u>(17.017)</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		<u>1.432.932</u>	<u>811.096</u>	<u>1.444.053</u>	<u>814.083</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento					
Aquisições de imobilizado	15	(325.511)	(442.469)	(329.457)	(442.986)
Aquisições de intangível	16	(259)	(15.403)	(995)	(16.047)
Aquisição de investimento em sociedades não cooperativas	14	(10)	(1.068)	(729)	(1.068)
Aumento de investimento em sociedades cooperativas	14	(6.267)	(10.489)	(6.267)	(10.493)
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento		<u>(332.047)</u>	<u>(469.429)</u>	<u>(337.448)</u>	<u>(470.594)</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamento					
Financiamentos bancários tomados	19	2.018.816	2.764.618	2.021.162	2.765.261
Financiamentos bancários - principal e juros pagos	19	(2.835.837)	(2.573.768)	(2.835.837)	(2.573.768)
Pagamento de arrendamento	34	(73.930)	(77.401)	(81.316)	(77.401)
Integralização de capital de novos cooperados	26	5	5	5	5
Baixa de capital de cooperados	26	(8.197)	(7.011)	(8.197)	(7.011)
Aumento de reservas líquida	26	(1.449)	(3.278)	(1.449)	(3.278)
Pagamento de sobras	26	(98.592)	(98.619)	(98.592)	(98.619)
Fluxo de caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de financiamento		<u>(999.184)</u>	<u>4.546</u>	<u>(1.004.224)</u>	<u>5.189</u>
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa		<u>101.701</u>	<u>346.213</u>	<u>102.381</u>	<u>348.678</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	9	<u>1.132.672</u>	<u>786.459</u>	<u>1.137.283</u>	<u>788.605</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	9	<u><u>1.234.373</u></u>	<u><u>1.132.672</u></u>	<u><u>1.239.664</u></u>	<u><u>1.137.283</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Copacol – Cooperativa Agroindustrial Consolata (“Cooperativa”, “Cooperativa e suas controladas” ou “Grupo”), com sede na rua Desembargador Munhoz de Melo, nº 176, na cidade de Cafelândia – PR, é uma sociedade de pessoas, de natureza civil, que tem como objetivo social a congregação dos seus sócios para o exercício de suas atividades econômicas, sem objetivo de lucro. A entidade é regida pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que regulamenta o sistema cooperativista do país.

A Copacol atua no recebimento, secagem, beneficiamento, armazenagem, industrialização e comercialização da produção dos cooperados, com destaque para os produtos soja, milho, trigo, café, aves, suínos, leite, peixes, sementes, rações, óleos e farelo de soja, comercialização de insumos agropecuários, supermercados e prestação de serviços, visando o desenvolvimento e a melhoria das condições socioeconômicas dos seus cooperados.

Para atender a demanda da produção de seus cooperados, a Copacol possui uma estrutura operacional, como o parque industrial, unidades de recebimento e armazenagem de produtos agrícolas, centro de pesquisa agrícola, laboratório de análise, unidades de produção e unidades comerciais de vendas de produtos, mercadorias e serviços.

2 Entidades controladas

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem a Cooperativa e suas controladas, conforme lista abaixo:

	<u>Participação acionária em %</u>		
	<u>País</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Constel Tecnologia Ltda.	Brasil	99,80	99,80
Copfrio Locação de Armazéns Frig. Ltda.	Brasil	99,80	99,80

Constel Tecnologia Ltda.

A Constel Tecnologia Ltda. está localizada a rua Pará, nº 812, bairro Country, cidade de Cascavel/PR, tendo por objeto social a importação, exportação, comércio varejista de equipamentos de informática e telecomunicações, serviços de hospedagem, monitoração, administração, operação e gerência de equipamentos de processamento de dados e programas de computador, prestação de serviço multimídia e acesso à rede mundial de internet, serviços de projetos, montagem, instalação, manutenção, locação e assistência técnica de equipamentos de informática, computadores e periféricos, comunicações e telecomunicações, execução e manutenção de redes telefônicas e de comunicações de dados externas e prediais; licenciamento de programas de computadores customizados e não customizados; provedores de voz sobre protocolo internet – VOIP; e representação comercial.

Copfrio Locação de Armazéns Frigoríficos Ltda.

A Copfrio Locação de Armazéns Frigoríficos Ltda. está localizada no trecho 10, lote 5, pavilhão b/5, zona industrial (Guará), Cidade de Brasília/DF, tendo como objeto social o aluguel de câmaras frigoríficas, máquinas e equipamentos.

3 **Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e disposições específicas aplicadas as sociedades cooperativas contidas na Lei 5.764/71, bem como nas interpretações técnicas contidas no ITG 2004 – Entidades Cooperativas.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 22 de janeiro de 2024.

Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo estão apresentadas na nota explicativa 7.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

4 **Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 **Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, ingressos e receitas, dispêndios e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(a) *Julgamentos*

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 7(p) – prazo de arrendamento: se o Grupo tem razoável certeza de exercer opções de prorrogação.

(b) *Incertezas sobre premissas e estimativas*

As informações sobre as incertezas relacionadas as premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem riscos significativos de resultar em ajustes materiais dos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 10 – mensuração de perda de crédito esperada nas contas a receber: principais premissas na determinação da taxa média ponderada da perda;
- Nota explicativa 11 - reconhecimento e mensuração de provisões para perdas de impostos a recuperar;
- Nota explicativa 12 – determinação do valor justo dos estoques de produtos agrícolas e estoques a fixar (*commodities*);
- Nota explicativa 13 – determinação do valor justo dos ativos biológicos com base em dados não observáveis significativos;
- Nota explicativa 15 – vida útil e valor residual dos ativos imobilizados;

- Nota explicativa 16 – teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento;
- Nota explicativa 17 – determinação do valor justo dos débitos de associados relacionados aos estoques a fixar e à provisão para fixação;
- Nota explicativa 24 – reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Nota explicativa 35 – determinação de valor justo dos instrumentos financeiros derivativos.

(i) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

O Grupo estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas contábeis aplicáveis, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Cooperativa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *Inputs*, exceto os preços cotados incluindo nível 1, que são observáveis para ativos e passivos, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 12 – Estoques;
- Nota explicativa 13 – Ativos biológicos; e
- Nota explicativa 35 – Instrumentos financeiros.

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos, estoque de produtos agrícolas e ativos biológicos, débito de associados relacionados aos estoques a fixar, provisão para fixação cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo e ativos e passivos líquidos identificáveis na combinação de negócios no momento da aquisição.

7 Principais políticas contábeis

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, salvo indicação ao contrário.

a. Base de consolidação

(i) *Controladas*

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obteve o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) *Investimento em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial*

Os investimentos do Grupo em sociedades não-cooperativas foram contabilizados pelo método da equivalência patrimonial e compreendem suas participações em controladas.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

(iii) *Investimentos em entidades Cooperativas contabilizados pelo método de custo*

Os investimentos do Grupo em sociedades cooperativas foram avaliados pelo custo de aquisição e refletem o valor de realização do investimento, conforme requerido pelo ITG 2004 – Entidade Cooperativa.

(iv) *Transações eliminadas na consolidação*

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Moeda estrangeira

(i) *Transações em moeda estrangeira*

Transações em moeda estrangeira são convertidas para o Real, que é a moeda funcional da Cooperativa, pela taxa de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários

que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

(ii) **Operações no exterior**

Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

c. Reconhecimento de Receita

A receita operacional é reconhecida de acordo com os preceitos do CPC 47 “Receita de contratos com Clientes” que estabelece que a receita seja reconhecida quando (i) a obrigação de desempenho é cumprida, ou sejam, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada transação é transferido ao cliente, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Cooperativa, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de descontos comerciais e bonificações.

A receita compreende o valor faturado pela venda de mercadorias e serviços. O Grupo adota como política de reconhecimento de receita o momento do cumprimento da obrigação de desempenho, que ocorre na transferência do controle sobre o produto ao cliente.

A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo-se como base a etapa de execução dos serviços realizados até a data-base do balanço, na medida em que todos os custos relacionados aos serviços possam ser mensurados confiavelmente.

d. Obrigações com associados e fornecedores

São originadas por aquisições de bens ou serviços no exercício das atividades operacionais e reconhecidas aos valores de negociação. Os produtos ainda não fixados estão provisionados pelo preço de compra praticado pela Cooperativa na data das demonstrações financeiras.

e. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações e benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidos como despesas com pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Cooperativa tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

f. Subvenção e assistências governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receitas diferidas pelo seu valor justo, quando existe razoável segurança de que elas serão recebidas e que o Grupo irá cumprir as condições associadas com a subvenção e são posteriormente reconhecidas no resultado como “Ingressos e receitas operacionais líquidas” para as subvenções da Lei Brandão e para as subvenções referente ao julgamento do tema 1182 do STJ em consonância com o disposto no artigo 30 da Lei 12.973/2014 em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são registradas.

g. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicação financeira, variação cambial ativa, juros recebidos e descontos obtidos que são reconhecidos no resultado.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com descontos concedidos, variação cambial passiva e despesas com juros de empréstimos e financiamentos.

h. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável resultado das operações não cooperadas excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício decorrente das operações com não cooperados. O resultado das operações com cooperados não são tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social.

O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

i. Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados a custo, deduzidos dos custos de venda, sendo que quaisquer alterações são reconhecidas no resultado.

j. Estoques

Os insumos, matérias-primas, mercadorias para revenda e almoxarifados, foram avaliados pelo método de custo de aquisição, líquidos de seus impostos recuperáveis, não excedendo seu valor realizável líquido.

Os produtos agrícolas, quando não utilizados para consumo interno, são avaliados pelo valor de mercado, considerando o preço de fechamento no encerramento do exercício, líquidos de seus impostos recuperáveis não excedendo seu valor realizável líquido.

Os produtos agrícolas a fixar foram avaliados pelo valor justo considerando o preço de fechamento do exercício.

Os produtos industriais foram avaliados pelo custo médio de produção, líquido dos impostos recuperáveis, não excedendo o valor realizável líquido.

k. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, data de transição do Grupo para as normas CPCs foi determinada com base em seu valor justo naquela data.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Edifícios e benfeitorias	25 a 30 anos
Poços artesianos	25 anos
Máquinas e equipamentos	03 a 25 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Instalações	20 anos
Aparelhos de comunicação	5 anos
Veículos	05 a 11 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Máquinas e implementos agrícolas	04 a 10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

l. Ativos intangíveis e ágio

(i) Reconhecimento e mensuração

Ágio

O ágio decorre da aquisição da Tilápia Pisces Produtos da Aquicultura Ltda. e da Copfrio Locação de Armazens Frigoríficos Ltda., mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Marcas e patentes

As marcas e patentes possuem vida útil definida e testes de redução ao valor recuperável anuais são realizados de acordo com as práticas contábeis existentes.

Cadeia de fornecimento

Advindo da aquisição da Tilápia Pisces Produtos da Aquicultura Ltda, refere-se aos relacionamentos

que uma empresa mantém com seus fornecedores, através de um contrato formal ou relacionamentos recorrentes, são considerados como um ativo intangível, tendo em vista que geram um benefício econômico para a empresa e podem ser controlados por meios legais ou contratuais.

Carteira de clientes

Advindo da aquisição da Tilápia Pisceos Produtos da Aquicultura Ltda. e União Nativa Insumos Agrícolas Ltda., refere-se aos relacionamentos que uma empresa mantém com seus clientes, através de um contrato formal ou relacionamentos recorrentes, são considerados como um ativo intangível, tendo em vista que geram um benefício econômico para a empresa e podem ser controlados por meios legais ou contratuais.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis compreendem os sistemas de informática (*softwares*) e licenças de uso destes, têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) *Gastos subsequentes*

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) *Amortização*

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio de marcas e patentes não é amortizado.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Marcas e patentes	10 anos
Software	5 anos
Cadeia de fornecimento	5 anos
Carteira de clientes	5 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

m. Instrumentos financeiros

(i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Cooperativa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) *Classificação e mensuração subsequente*

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo do resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Cooperativa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Cooperativa pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Cooperativa pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos Financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos Financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Cooperativa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

O Grupo designa certos derivativos como instrumentos de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio e de juros, além de determinados passivos financeiros derivativos e não derivativos como instrumentos de *hedge* de riscos cambiais de um investimento líquido em uma operação estrangeira.

No início das relações de *hedge* designadas, a Cooperativa documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de *hedge*. O Grupo também documenta a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge*, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* compensem-se mutuamente.

Hedges de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em ORA (outros resultados abrangentes) e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

O Grupo designa apenas as variações no valor justo do elemento spot dos contratos de câmbio a termo como instrumento de *hedge* nas relações de *hedge* de fluxo de caixa. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio (forward points) é contabilizada separadamente como custo de *hedge* e reconhecida em uma reserva de custos de *hedge* no patrimônio líquido.

Quando a transação objeto de *hedge* prevista resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como estoques, o valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são incluídos diretamente no custo inicial do item não financeiro quando ele é reconhecido.

Com relação às outras transações objeto de *hedge*, o valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são reclassificados para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso o *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*, ou o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos *hedges* de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de *hedge* permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de *hedge* de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros *hedges* de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de *hedge* não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são imediatamente reclassificados para o resultado.

n. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.
O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:
- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e cooperados são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 90 dias de atraso e sem garantias que possam ser utilizadas para a sua realização.

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma);
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias;
- as perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com créditos que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.
- as perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, avalia-se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do devedor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido, que em condições normais não seriam aceitas;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando não se tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais é adotada a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, é feita uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos de recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, o Grupo revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto ativos biológicos, propriedades para investimento, estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

o. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Provisões para contingências são reconhecidas apenas quando é provável que desembolsos de caixa ocorrerão e seu valor é determinado com base na estimativa das ações em curso.

As contingências de natureza fiscal, cível e trabalhista objeto de contestações judiciais são reavaliadas periodicamente e contabilizadas com base nas opiniões dos assessores jurídicos e da Administração sobre o provável desfecho dos processos judiciais nas datas de divulgação.

p. Arrendamentos

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;

- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;
- e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de informática. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

(ii) Como arrendador

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes.

Quando o Grupo atua como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, o Grupo faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, o Grupo considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente.

Quando o Grupo é um arrendador intermediário, ele contabiliza seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ele avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente. Se o arrendamento principal é um arrendamento de curto prazo que o Grupo, como arrendatário, contabiliza aplicando a isenção descrita acima, ele classifica o subarrendamento como um arrendamento operacional.

Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, o Grupo aplicará o CPC 47 para alocar a contraprestação no contrato.

O Grupo aplica os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48 ao investimento líquido no arrendamento. O Grupo também revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento.

O Grupo reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte de 'outras receitas'.

q. Segregação do resultado com cooperados e não cooperados

As sobras e os resultados são segregados de acordo com os atos praticados com cooperados e não cooperados e apropriados em contas contábeis individualizadas. Havendo impossibilidade de apropriação direta de tais valores por serem comuns aos atos com cooperados e não cooperados, estes são rateados proporcionalmente de acordo com critérios estabelecidos pela Cooperativa. Para efeito de cálculo das sobras relativas aos cooperados e do resultado das operações com não cooperados foram adotados os seguintes critérios:

- Produtos agropecuários: a proporcionalidade do recebimento dos produtos de cooperados e não cooperados; e
- Bens de fornecimento: a proporcionalidade das vendas efetuadas a cooperados e não cooperados.

r. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*).

Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa 5 (b)).

Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

8 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. O Grupo não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações, emitadas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. Conforme divulgado nas Notas 23, 31C(iii) e 41, o Grupo tem um empréstimo bancário com garantia e títulos conversíveis que estão sujeitos a covenants específicos. Embora ambos os passivos estejam classificados como não circulantes em 31 de dezembro de 2023, uma futura quebra dos covenants específicos, pode exigir que o Grupo liquide os passivos antes das datas de vencimento contratuais. O Grupo está avaliando o possível impacto das alterações na classificação desses passivos e nas respectivas divulgações.

Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7)

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024.

O Grupo está avaliando o impacto das alterações, principalmente no que diz respeito à obtenção de informações adicionais necessárias para atender às novas exigências de divulgação.

Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06/IFRS 16).
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).

9 Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

a. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e bancos	131.952	112.798	132.176	113.076
Numerário em trânsito	781	612	781	612
Aplicações financeiras	1.101.640	1.019.262	1.106.707	1.023.595
	1.234.373	1.132.672	1.239.664	1.137.283

As aplicações financeiras são de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a Certificados de Depósitos Bancários - CDB e debêntures,

remuneradas a taxa de 85% a 120% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (98% a 120% em 2022).

b. Aplicações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023 as aplicações financeiras no montante de R\$ 448.893 (R\$ 350.051 em 2022) que não possuem liquidez imediata e não serão utilizadas nas atividades operacionais da Cooperativa dentro do período de três meses, encontram-se registradas na rubrica de aplicações financeiras no balanço patrimonial.

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários, remuneradas a taxas que variam, aproximadamente, entre 100% e 120% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (100% e 120% em 2022).

10 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Crédito de cooperados				
Duplicatas a receber	501.052	446.598	501.029	446.553
Financiamento a cooperados	237	1.508	237	1.508
Outros	19.487	10.720	19.487	10.720
(-) Perdas de crédito esperada	<u>(34.576)</u>	<u>(39.094)</u>	<u>(34.576)</u>	<u>(39.094)</u>
Crédito de não cooperados				
Duplicatas a receber	62.250	66.448	62.250	66.448
Outros	2.354	1.542	2.354	1.542
(-) Perdas de crédito esperada	<u>(1.233)</u>	<u>(1.394)</u>	<u>(1.233)</u>	<u>(1.394)</u>
Clientes				
Duplicatas a receber	825.346	710.135	825.861	710.424
Outros	15.138	10.704	15.138	10.704
(-) Perdas de crédito esperada	<u>(59.832)</u>	<u>(67.647)</u>	<u>(59.832)</u>	<u>(67.647)</u>
	<u>1.330.223</u>	<u>1.139.520</u>	<u>1.330.715</u>	<u>1.139.764</u>
Circulante	1.284.730	1.126.442	1.285.222	1.126.686
Não circulante	45.493	13.078	45.493	13.078

A perda esperada do contas a receber é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas prováveis nas contas a receber de associados, não cooperados e clientes. A perda esperada do contas a receber é calculada com base na avaliação individual da situação de cada associado ou terceiro, considerando as informações históricas de pagamento para realizar a provisão sobre os saldos a vencer bem como análises dos saldos vencidos existentes na data do encerramento das demonstrações financeiras, levando em consideração também as garantias fornecidas. A movimentação da provisão para perda esperada do contas a receber está apresentada da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldo inicial em 1º de janeiro	108.135	50.249	108.135	50.249
(+) Constituição	126.958	107.700	126.958	107.700
(-) Reversão	<u>(139.452)</u>	<u>(49.814)</u>	<u>(139.452)</u>	<u>(49.814)</u>
Saldo final em 31 de dezembro	<u>95.641</u>	<u>108.135</u>	<u>95.641</u>	<u>108.135</u>

A composição por vencimento (*aging list*) dos créditos de associados, não cooperados e clientes está apresentada da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
A vencer	1.324.154	1.111.996	1.324.646	1.112.240
Vencidos até 30 dias	75.018	94.689	75.018	94.689
Vencidos de 31 a 60 dias	20.007	27.517	20.007	27.517
Vencidos de 61 a 90 dias	2.470	1.127	2.470	1.127
Vencidos de 91 a 120 dias	624	1.831	624	1.831
Vencidos de 121 a 180 dias	2.887	8.855	2.887	8.855
Vencidos a mais de 180 dias	704	1.640	704	1.640
	<u>1.425.864</u>	<u>1.247.655</u>	<u>1.426.356</u>	<u>1.247.899</u>

11 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
ICMS (a)	255.739	188.269	256.441	188.729
IRRF	41.567	24.273	41.567	24.273
IRPJ	7.238	5.857	7.241	5.873
CSLL	3.230	1.635	3.232	1.643
PIS e COFINS (b)	615	424	615	424
INSS / IPI	57	44	57	44
	<u>308.446</u>	<u>220.502</u>	<u>309.153</u>	<u>220.986</u>
Circulante	85.278	34.711	85.596	34.968
Não circulante	223.168	185.791	223.557	186.018

- (a) Os saldos de ICMS a recuperar são provenientes das transações normais do Grupo. Parte significativa da produção da Cooperativa é comercializada no mercado externo e, portanto, sem a incidência de ICMS. Esta situação gera um acúmulo de créditos tributários deste imposto, cuja realização dar-se-á, substancialmente, pela transferência a terceiros através do Sistema de Controle de Transferência e Utilização de Créditos Acumulados (SISCRED), mantido pelo Governo do Estado do Paraná.

Em função de que a comercialização desses créditos com terceiros ocorre somente mediante concessão de deságio sobre os valores escriturais, a Administração adota a política de reconhecer contabilmente uma provisão para desvalorização sobre o total do crédito de ICMS de maneira a refletir as expectativas reais de realização de tais créditos, as quais são baseadas no histórico passado de negociações efetivadas, bem como nas condições correntes de mercado e perspectivas futuras observadas na data de 31 de dezembro de 2023. Em 31 de dezembro de 2023, a referida provisão perfaz o montante de R\$ 40.312 (R\$ 99.745 em 2022), o qual foi considerado suficiente para cobrir eventuais perdas financeiras, estando o saldo contábil apresentado pelo valor líquido.

Durante o exercício de 2023, foi revertido um montante de R\$ 59.433 de provisão para perda de ICMS, devido a redução do deságio aplicado na venda dos créditos, o estorno efetuado foi lançado em contrapartida ao resultado, na rubrica “Outros dispêndios e ingressos operacionais”.

- (b) Os créditos oriundos de PIS/COFINS referem-se à parcela ressarcível de saldo credor de PIS/COFINS, vinculado, principalmente, às operações de exportação, que serão realizados com as compensações de tributos de outras espécies vincendos, ou solicitado o ressarcimento em espécie. O saldo do PIS/COFINS foi apresentado pelo valor original do crédito líquido da provisão para perdas, com base na estimativa da administração, considerando-se a dificuldade de realização destes créditos.

Durante o exercício de 2023, foi estornado o montante de R\$ 237.650 de provisão para perda de créditos de PIS/COFINS, devido a realização do saldo pelo recebimento e utilização do crédito para compensação com outros impostos federais a serem pagos, assim o crédito de imposto foi realizado e a provisão estornada, o estorno efetuado foi lançado em contrapartida ao resultado, na rubrica “Outros dispêndios e ingressos operacionais”.

12 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Estoque de produtos acabados	237.111	271.774	237.111	271.774
Estoque de produtos agrícolas (ii)	161.302	273.863	161.302	273.863
Estoque de insumos	429.044	484.464	429.044	484.464
Estoque a fixar (i)	296.766	325.741	296.766	325.741
Estoque de matéria prima	279.899	433.857	279.899	433.857
Estoque de bens para revenda	56.287	46.162	56.287	46.162
Estoque de almoxarifado	50.741	45.763	50.741	45.763
Estoque em poder de terceiros	1.274	2.814	1.274	2.814
	1.512.424	1.884.438	1.512.424	1.884.438

- (i) Refere-se a produtos recebidos de associados com preço a fixar e foram registrados contabilmente em conta própria de estoque, individualizada, tendo contrapartida registrada em conta de passivo, mensurados a valor justo, nos termos do requerido pelo ITG 2004 – Entidade Cooperativa.
- (ii) Refere-se substancialmente a estoques de *commodities*, essencialmente adquiridos com a finalidade de venda no futuro próximo e gerar resultados com base nas variações de preços ou na margem dos operadores. Tais estoques são valorizados a custo, exceto por aqueles utilizados para comercialização, os quais estão a valor de mercado, conforme descrito na nota explicativa 7 (j).

13 Ativo biológico

Os saldos contábeis dos ativos biológicos no ativo circulante e no ativo não circulante estão representados a seguir:

a. Composição do saldo

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Ativos biológicos em formação (i)				
Aves	147.702	197.555	147.702	197.555
Peixes	97.288	77.002	97.288	77.002
Suínos	79.128	57.884	79.128	57.884
Ovos férteis	68	79	68	79
	<u>324.186</u>	<u>332.520</u>	<u>324.186</u>	<u>332.520</u>
Circulante				
	<u>324.186</u>	<u>332.520</u>	<u>324.186</u>	<u>332.520</u>
Reflorestamento (iii)	139.017	189.713	139.017	189.713
Aves matrizes (ii)	127.709	111.454	127.709	111.454
Novilhas matrizes (ii)	16.873	15.639	16.873	15.639
Suínos matrizes (ii)	41.505	34.201	41.505	34.201
Peixes matrizes (ii)	331	320	331	320
(-) Amortização e exaustão	(69.224)	(70.686)	(69.224)	(70.686)
	<u>256.211</u>	<u>280.641</u>	<u>256.211</u>	<u>280.641</u>
Não circulante				
	<u>256.211</u>	<u>280.641</u>	<u>256.211</u>	<u>280.641</u>

(i) Ativos biológicos em formação

Referem-se, substancialmente, a aves, peixes e suínos, cujo período de formação é de, aproximadamente, 45 dias, 90 dias e 180 dias respectivamente, e serão utilizados para o abate e produção de carnes. A Administração considerou que em função do seu curto ciclo de formação, os custos dos insumos aplicados neste estágio, representa substancialmente seu valor justo.

(ii) Matrizes

Os ativos biológicos de matrizes, referem-se a aves, peixes, suínos e novilhas. Para a determinação de seu valor justo a Administração levou em consideração a ausência de mercado ativo para as matrizes e o fato que sua posterior venda não representa o negócio principal da Cooperativa, as quais são realizadas com o propósito de recuperar custos. Com base nesses elementos, a Cooperativa determinou que o valor justo de tais matrizes é avaliado ao custo de aquisição, deduzidos os impostos incidentes, mais os insumos aplicados.

(iii) Reflorestamento

A Administração considerou que a totalidade da madeira proveniente das florestas é utilizada como insumo para a produção de *pallets* e lenha utilizada integralmente para consumo interno. Desta forma, o valor justo do reflorestamento está substancialmente representado por seu custo de formação (mão de obra, mudas, desbastes, tratamentos culturais e outros).

b. Movimentação do saldo

	Saldo em 31.12.2022	Adições	Baixas	Saldo em 31.12.2023
Aves	197.555	2.328.325	(2.378.178)	147.702
Peixes	77.002	241.499	(221.213)	97.288
Suínos	57.884	441.984	(420.740)	79.128
Ovos férteis	79	91.791	(91.802)	68
	<u>332.520</u>	<u>3.103.599</u>	<u>(3.111.933)</u>	<u>324.186</u>
Circulante	<u>332.520</u>	<u>3.103.599</u>	<u>(3.111.933)</u>	<u>324.186</u>
	Saldo em 31.12.2022	Adições	Baixas	Saldo em 31.12.2023
Reflorestamento (i)	189.713	34.491	(85.187)	139.017
Aves matrizes	111.454	120.783	(104.528)	127.709
Novilhas matrizes	15.639	5.505	(4.271)	16.873
Suínos matrizes	34.201	22.758	(15.454)	41.505
Peixes matrizes	320	93	(82)	331
(-) Depreciação, amortização e exaustão	(70.686)	(116.598)	118.060	(69.224)
	<u>280.641</u>	<u>67.032</u>	<u>(91.462)</u>	<u>256.211</u>
Não circulante	<u>280.641</u>	<u>67.032</u>	<u>(91.462)</u>	<u>256.211</u>
	Saldo em 31.12.2021	Adições	Baixas	Saldo em 31.12.2022
Aves	172.352	1.394.300	(1.369.097)	197.555
Peixes	70.877	140.298	(134.173)	77.002
Suínos	52.051	193.069	(187.236)	57.884
Novilhas	217	2.340	(2.557)	-
Ovos férteis	419	99.453	(99.793)	79
	<u>295.916</u>	<u>1.829.460</u>	<u>(1.792.856)</u>	<u>332.520</u>
Circulante	<u>295.916</u>	<u>1.829.460</u>	<u>(1.792.856)</u>	<u>332.520</u>
	Saldo em 31.12.2021	Adições	Baixas	Saldo em 31.12.2022
Reflorestamento (i)	153.174	36.539	-	189.713
Aves matrizes	95.561	103.889	(87.996)	111.454
Novilhas matrizes	15.348	11.848	(11.557)	15.639
Suínos matrizes	12.964	29.044	(7.807)	34.201
Peixes matrizes	205	137	(22)	320
(-) Depreciação, amortização e exaustão	(56.916)	(91.031)	77.261	(70.686)
	<u>220.336</u>	<u>90.426</u>	<u>(30.121)</u>	<u>280.641</u>
Não circulante	<u>220.336</u>	<u>90.426</u>	<u>(30.121)</u>	<u>280.641</u>

(i) As adições de reflorestamento incluem a variação de preço dos contratos de arrendamento de terras para o plantio das florestas no valor de R\$ 63.144 (R\$ 12.664 em 2022).

14 Investimentos

a. Composição do investimento

	Participação	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Em entidades cooperativas					
Frimesa Cooperativa Central	18,37%	54.400	52.400	54.400	52.400
Cotriguaçu Cooperativa Central	20,96%	48.674	45.821	48.674	45.821
Unitá Cooperativa Central	49,99%	38.999	38.999	38.999	38.999
Cocentral	6,35%	1.838	1.838	1.838	1.838
Coperflora Cooperativa Florestal	39,27%	25	24	25	24
Sicredi	8,72%	11.344	10.066	11.366	10.083
Sicoob	0,28%	122	63	122	63
Cresol	0,14%	83	-	83	-
Cooperativa Central de TI – Uniti	4,86%	70	67	70	67
Cooperativa Agrária Agroindustrial	0,03%	22	22	22	22
Agrotatil		-	-	714	-
(-) Perdas em investimentos		(1.793)	(1.793)	(1.793)	(1.793)
Em entidades controladas					
Copfrio Loc. de Arm. Frig. Ltda.	99,80%	847	823	-	-
Ágio na aquisição – Copfrio		977	1.457	-	-
Constel Tecnologia Ltda.	99,80%	8.453	6.434	-	-
Outras entidades					
Supercampo S.A.	8,00%	3.979	3.979	3.979	3.979
		<u>168.040</u>	<u>160.200</u>	<u>158.499</u>	<u>151.503</u>

Os investimentos em sociedades cooperativas estão avaliados pelo custo de aquisição, conforme requerido pelo ITG 2004 – Entidades Cooperativas.

Os investimentos em entidades controladas foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

b. Movimentação dos investimentos

	Saldo em 31.12.2022	Equivalência patrimonial	Aumento / baixa de capital	Dividendos	Aquisição	Outros	Saldo em 31.12.2023
Frimesa	52.400	-	2.000	-	-	-	54.400
Cotriguaçu	45.821	-	2.853	-	-	-	48.674
Unitá	38.999	-	-	-	-	-	38.999
Coocentral	1.838	-	-	-	-	-	1.838
Coperflora	24	-	1	-	-	-	25
Sicredi	10.066	-	1.277	-	-	-	11.343
Sicoob	63	-	60	-	-	-	123
Uniti	67	-	3	-	-	-	70
Agrária	22	-	-	-	-	-	22
Copfrio	2.280	24	-	-	-	(480)	1.824
Constel	6.434	2.019	-	-	-	-	8.453
Supercampo	3.979	-	-	-	-	-	3.979
Cresol	-	-	73	-	10	-	83
Perdas (ii)	(1.793)	-	-	-	-	-	(1.793)
	<u>160.200</u>	<u>2.042</u>	<u>6.267</u>	<u>-</u>	<u>10</u>	<u>(480)</u>	<u>168.040</u>

	Saldo em 31.12.2021	Equivalência patrimonial	Aumento / baixa de capital	Dividendos	Aquisição	Outros	Saldo em 31.12.2022
Frimesa	47.620	-	4.780	-	-	-	52.400
Cotriguaçu	41.490	-	4.331	-	-	-	45.821
Unitá	38.999	-	-	-	-	-	38.999
Coocentral	1.793	-	45	-	-	-	1.838
Coperflora	24	-	-	-	-	-	24
Sicredi	8.780	-	1.286	-	-	-	10.066
Sicoob	16	-	47	-	-	-	63
Uniti	-	-	-	-	67	-	67
Agrária	-	-	-	-	22	-	22
Copfrio	2.798	(36)	-	-	-	(482)	2.280
Constel	4.851	1.583	-	-	-	-	6.434
Supercampo	3.000	-	979	-	-	-	3.979
Perdas (ii)	(2.983)	-	-	-	-	1.190	(1.793)
	<u>146.388</u>	<u>1.547</u>	<u>11.468</u>	<u>-</u>	<u>89</u>	<u>708</u>	<u>160.200</u>

15 Imobilizado

a. Composição do saldo

	Controladora					
	2023			2022		
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Terrenos	243.135	-	243.135	254.607	-	254.607
Edifícios e benfeitorias	1.303.839	(344.145)	959.694	1.072.663	(299.791)	772.872
Máquinas e equipamentos	1.074.061	(510.434)	563.627	843.642	(438.728)	404.914
Veículos	184.776	(104.174)	80.602	164.562	(85.206)	79.356
Instalações	183.700	(88.332)	95.368	148.831	(76.255)	72.576
Móveis e utensílios	20.689	(10.902)	9.787	17.776	(9.327)	8.449
Máquinas e implementos agrícolas	25.346	(15.364)	9.982	20.570	(12.600)	7.970
Equipamentos de informática	24.961	(15.617)	9.344	22.005	(13.868)	8.137
Aparelhos de comunicação	517	(433)	84	513	(410)	103
Poços artesanais	1.621	(406)	1.215	966	(364)	602
Construções em andamento (i)	231.865	-	231.865	466.160	-	466.160
Imobilizado em trânsito (ii)	52.483	-	52.483	23.813	-	23.813
	<u>3.346.993</u>	<u>(1.089.807)</u>	<u>2.257.186</u>	<u>3.036.108</u>	<u>(936.549)</u>	<u>2.099.559</u>

(i) Referem-se à projetos em andamento como a construção da Unidade de Produção de Alevinos em Quarto Centenário/PR, ampliação de armazenagem na Unidade de Bom Princípio/PR, construção de CD de Agroquímicos em Cafelândia/PR e construção da Unidade de transbordo em Marcanópolis/PR.

(ii) Referem-se à aquisições de materiais, que ainda não chegaram na unidade final para a realização de projetos. As unidade que possuem essa característica são de projeto de energia renovavel no centro de distribuição da Penha/ PR e Supermercado de Goiere/ PR, unidade de armazenagem de Bom Princípio/PR, unidade de armazenagem de cereias em Nova Aurora/ PR e Abatedouro de Peixes de Toledo/ PR.

	Consolidado					
	2023			2022		
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Terrenos	243.135	-	243.135	254.607	-	254.607
Edifícios e benfeitorias	1.305.027	(344.347)	960.680	1.073.851	(299.945)	773.906
Máquinas e equipamentos	1.074.944	(510.901)	564.043	844.509	(439.132)	405.377
Veículos	184.936	(104.238)	80.698	164.661	(85.284)	79.377
Instalações	184.163	(88.640)	95.523	149.294	(76.527)	72.767
Móveis e utensílios	20.874	(11.053)	9.821	17.956	(9.463)	8.493
Máquinas e implementos agrícolas	25.346	(15.364)	9.982	20.570	(12.600)	7.970
Equipamentos de informática	35.016	(22.927)	12.089	31.065	(19.966)	11.099
Aparelhos de comunicação	7.408	(3.994)	3.414	4.538	(3.218)	1.320
Poços artesanais	1.621	(406)	1.215	966	(364)	602
Construções em andamento	231.865	-	231.865	466.160	-	466.160
Imobilizado em trânsito	52.483	-	52.483	23.813	-	23.813
	<u>3.366.818</u>	<u>(1.101.870)</u>	<u>2.264.948</u>	<u>3.051.990</u>	<u>(946.499)</u>	<u>2.105.491</u>

b. Movimentação do custo

2023					
Controladora	Saldo em 31.12.2022	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31.12.2023
Terrenos	254.607	14.103	(1.025)	(24.550)	243.135
Edifícios e benfeitorias	1.072.663	40	(3.859)	234.995	1.303.839
Máquinas e equipamentos	843.642	12.728	(1.498)	219.189	1.074.061
Veículos	164.562	26.292	(6.078)	-	184.776
Instalações	148.831	-	(271)	35.140	183.700
Móveis e utensílios	17.776	1.488	(34)	1.459	20.689
Máquinas e implementos agrícolas	20.570	2.636	-	2.140	25.346
Equipamentos de informática	22.005	2.916	(1.000)	1.040	24.961
Aparelhos de comunicação	513	-	(16)	20	517
Poços artesanais	966	-	-	655	1.621
Construções em andamento (i)	466.160	236.638	-	(470.933)	231.865
Imobilizado em trânsito	23.813	28.670	-	-	52.483
	<u>3.036.108</u>	<u>325.511</u>	<u>(13.781)</u>	<u>(845)</u>	<u>3.346.993</u>
2022					
Controladora	Saldo em 31.12.2021	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31.12.2022
Terrenos	212.683	41.985	(61)	-	254.607
Edifícios e benfeitorias	1.030.211	8.714	(2.976)	36.714	1.072.663
Máquinas e equipamentos	788.261	25.220	(5.605)	35.766	843.642
Veículos	130.895	44.296	(10.835)	206	164.562
Instalações	137.733	401	(152)	10.849	148.831
Móveis e utensílios	16.184	1.457	(300)	435	17.776
Máquinas e implementos agrícolas	16.376	5.395	(1.818)	617	20.570
Equipamentos de informática	17.288	3.497	(10)	1.230	22.005
Aparelhos de comunicação	470	45	(2)	-	513
Poços artesanais	777	-	-	189	966
Construções em andamento	182.859	287.646	-	(4.345)	466.160
Imobilizado em trânsito	81.661	23.813	-	(81.661)	23.813
	<u>2.615.398</u>	<u>442.469</u>	<u>(21.759)</u>	<u>-</u>	<u>3.036.108</u>

(i) O saldo remanescente na coluna de transferências refere-se à reclassificação de saldo de construções em andamento para a rubrica de intangível.

c. Movimentação da depreciação

Controladora	Saldo em 31.12.2022	2023			Saldo em 31.12.2023
		Adições	Baixas		
Edifícios e benfeitorias	(299.791)	(45.165)	811		(344.145)
Máquinas e equipamentos	(438.728)	(72.479)	773		(510.434)
Veículos	(85.206)	(24.639)	5.671		(104.174)
Instalações	(76.255)	(12.172)	95		(88.332)
Móveis e utensílios	(9.327)	(1.654)	79		(10.902)
Máquinas e implementos agrícolas	(12.600)	(2.764)	-		(15.364)
Equipamentos de informática	(13.868)	(2.712)	963		(15.617)
Aparelhos de comunicação	(410)	(36)	13		(433)
Poços artesanais	(364)	(42)	-		(406)
	<u>(936.549)</u>	<u>(161.663)</u>	<u>8.405</u>		<u>(1.089.807)</u>
Controladora	Saldo em 31.12.2021	2022			Saldo em 31.12.2022
		Adições	Baixas		
Edifícios e benfeitorias	(260.072)	(41.673)	1.954		(299.791)
Máquinas e equipamentos	(376.476)	(66.535)	4.283		(438.728)
Veículos	(74.434)	(21.463)	10.691		(85.206)
Instalações	(64.960)	(11.447)	152		(76.255)
Móveis e utensílios	(8.160)	(1.426)	259		(9.327)
Máquinas e implementos agrícolas	(12.176)	(2.177)	1.753		(12.600)
Equipamentos de informática	(11.577)	(2.295)	4		(13.868)
Aparelhos de comunicação	(376)	(36)	2		(410)
Poços artesanais	(334)	(30)	-		(364)
	<u>(808.565)</u>	<u>(147.082)</u>	<u>19.098</u>		<u>(936.549)</u>

d. Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Grupo realizou avaliação quanto a existência de indicadores de que seu ativo imobilizado poderia estar registrado por valor acima do seu valor recuperável.

Em 2023, com base nesta avaliação realizada pela Administração, não foi identificada necessidade da constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos em questão.

e. Revisão das vidas úteis

Ao final do exercício de 2023, o Grupo revisou a estimativa das vidas úteis dos ativos e não foram identificadas alterações significativas em relação à vida útil anteriormente utilizada.

f. Garantias

Como parte dos requerimentos necessários para a realização de determinadas operações de crédito, o Grupo fornece garantias baseadas em imóveis de propriedade da Cooperativa, conforme descrito na nota 19 (e).

16 Intangível

a. Composição do saldo

	Controladora					
	2023			2022		
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Vida útil definida						
Marcas e patentes	2.357	(949)	1.408	2.107	(749)	1.358
Software	19.018	(13.443)	5.575	18.164	(11.558)	6.606
Cadeia de fornecimento	3.223	(1.665)	1.558	3.223	(1.021)	2.202
Carteira de clientes	20.586	(5.902)	14.684	20.585	(1.784)	18.801
	<u>45.184</u>	<u>(21.959)</u>	<u>23.225</u>	<u>44.079</u>	<u>(15.112)</u>	<u>28.967</u>
Vida útil indefinida						
Ágio aquisição Tilápia	15.323	-	15.323	15.323	-	15.323
	<u>60.507</u>	<u>(21.959)</u>	<u>38.548</u>	<u>59.402</u>	<u>(15.112)</u>	<u>44.290</u>
	Consolidado					
	2023			2022		
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Vida útil definida						
Marcas e patentes	2.361	(953)	1.408	2.111	(753)	1.358
Software	20.128	(14.013)	6.115	18.788	(11.987)	6.801
Cessão de uso	8.389	(4.349)	4.040	8.137	(3.370)	4.767
Cadeia de fornecimento	3.223	(1.665)	1.558	3.223	(1.021)	2.202
Carteira de clientes	20.585	(5.901)	14.684	20.585	(1.784)	18.801
Ágio aquisição Copfrio	3.205	(2.228)	977	3.205	(1.748)	1.457
	<u>57.891</u>	<u>(29.109)</u>	<u>28.782</u>	<u>56.049</u>	<u>(20.663)</u>	<u>35.386</u>
Vida útil indefinida						
Ágio aquisição Tilápia	15.323	-	15.323	15.323	-	15.323
	<u>73.214</u>	<u>(29.109)</u>	<u>44.105</u>	<u>71.372</u>	<u>(20.663)</u>	<u>50.709</u>

b. Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

O ágio por expectativa de rentabilidade futura não é amortizado e testes de redução ao valor recuperável anuais são realizados de acordo com as práticas contábeis existentes. Este ágio está sendo amortizado fiscalmente.

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Grupo realizou avaliação quanto a existência de indicadores de que seu ágio poderia estar registrado por valor acima do seu valor recuperável.

Em 2023, com base nesta avaliação realizada pela Administração, não foi identificada necessidade da constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos em questão.

c. Movimentação do custo

2023					
Controladora	Saldo em 31.12.2022	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31.12.2023
Marcas e Patentes	2.107	250	-	-	2.357
Software (i)	18.164	9	-	845	19.018
Cadeia de fornecimento	3.223	-	-	-	3.223
Carteira de clientes	20.585	-	-	-	20.585
Ágio na aquisição da Tilápia	15.323	-	-	-	15.323
	<u>59.402</u>	<u>259</u>	<u>-</u>	<u>845</u>	<u>60.506</u>

2022					
Controladora	Saldo em 31.12.2021	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31.12.2022
Marcas e Patentes	1.677	430	-	-	2.107
Software (i)	18.141	23	-	-	18.164
Cadeia de fornecimento	3.223	-	-	-	3.223
Carteira de clientes	5.635	14.950	-	-	20.585
Ágio na aquisição da Tilápia	15.323	-	-	-	15.323
	<u>43.999</u>	<u>15.403</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>59.402</u>

d. Movimentação da amortização

2023				
Controladora	Saldo em 31.12.2022	Adições	Baixas	Saldo em 31.12.2023
Marcas e patentes	(749)	(200)	-	(949)
Software	(11.558)	(1.885)	-	(13.443)
Cadeia de fornecimento	(1.021)	(644)	-	(1.665)
Carteira de clientes	(1.784)	(4.117)	-	(5.901)
	<u>(15.112)</u>	<u>(6.846)</u>	<u>-</u>	<u>(21.958)</u>

2022				
Controladora	Saldo em 31.12.2021	Adições	Baixas	Saldo em 31.12.2022
Marcas e patentes	(582)	(167)	-	(749)
Software	(9.452)	(2.106)	-	(11.558)
Cadeia de fornecimento	(376)	(645)	-	(1.021)
Carteira de clientes	(657)	(1.127)	-	(1.784)
	<u>(11.067)</u>	<u>(4.045)</u>	<u>-</u>	<u>(15.112)</u>

e. Revisão das vidas úteis

Ao final do exercício de 2023, o Grupo revisou a estimativa das vidas úteis dos ativos intangíveis e não foram identificadas alterações significativas em relação à vida útil anteriormente utilizada.

17 Débito com cooperados e não cooperados

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Estoque a fixar (i)	296.766	325.741	296.766	325.741
Estoque a fixar consumido (ii)	953.027	727.924	953.027	727.924
Contas a pagar	45.840	66.155	45.840	66.155
Adiantamento de associados	83.688	113.386	83.688	113.386
Outros valores a pagar	8.389	7.923	8.389	7.923
	<u>1.387.710</u>	<u>1.241.129</u>	<u>1.387.710</u>	<u>1.241.129</u>

- (i) Refere-se a produtos recebidos de associados com preço a fixar que foram registrados contabilmente em conta própria de estoque, individualizada, tendo contrapartida registrada em conta de ativo, mensurados ao valor justo, conforme descrito na nota explicativa 12.
- (ii) A conta refere-se à provisão para fixação relativa aos produtos agrícolas entregues pelos produtores rurais, que foram comercializados ou consumidos em processo de industrialização, e que ainda não tiveram preço de negociação definido ou fixado. Essa obrigação está valorizada a valor justo na data de encerramento das demonstrações financeiras e a Cooperativa monitora sua exposição pela variação dos preços das *commodities*, firmando contratos de compra e venda com preços definidos junto a produtores e fornecedores de grãos.

18 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fornecedores – mercado interno	548.888	510.946	553.569	516.327
Fornecedores – mercado externo	6.113	17.243	6.113	17.243
	<u>555.001</u>	<u>528.189</u>	<u>596.682</u>	<u>533.570</u>
Circulante	554.977	517.773	556.605	519.323
Não circulante	24	10.416	3.077	14.247

19 Empréstimos e financiamentos

a. Abertura por modalidade

	Taxas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Capital de giro	10,00% - 13,61%	1.576.961	2.294.662	1.580.033	2.295.388
Investimentos	2,36% - 11,50%	893.767	834.070	893.767	834.070
Operações em M.E	2,34% - 7,57%	529.626	383.519	529.626	383.519
		<u>3.000.354</u>	<u>3.512.251</u>	<u>3.003.426</u>	<u>3.512.977</u>
Circulante		1.197.594	2.030.872	1.198.322	2.031.050
Não circulante		1.802.760	1.481.379	1.805.104	1.481.927

b. Movimentação dos empréstimos

	<u>Saldo em 31.12.2022</u>	<u>Captações</u>	<u>Pagamento de principal e juros</u>	<u>Apropriação de juros</u>	<u>Variação cambial</u>	<u>Saldo em 31.12.2023</u>
Capital de giro	2.294.662	1.338.000	(2.323.410)	267.709	-	1.576.961
Investimentos	834.070	180.745	(172.555)	51.507	-	893.767
Operações em M.E	383.519	500.071	(339.872)	30.254	(44.346)	529.626
	<u>3.512.251</u>	<u>2.018.816</u>	<u>(2.835.837)</u>	<u>349.470</u>	<u>(44.346)</u>	<u>3.000.354</u>
	<u>Saldo em 31.12.2021</u>	<u>Captações</u>	<u>Pagamento de principal e juros</u>	<u>Apropriação de juros</u>	<u>Variação cambial</u>	<u>Saldo em 31.12.2022</u>
Capital de giro	2.040.005	2.114.625	(2.072.547)	212.579	-	2.294.662
Investimentos	670.012	287.845	(177.164)	53.377	-	834.070
Operações em M.E	335.001	362.148	(324.057)	10.017	410	383.519
	<u>3.045.018</u>	<u>2.764.618</u>	<u>(2.573.768)</u>	<u>275.973</u>	<u>410</u>	<u>3.512.251</u>

c. Abertura por vencimento

Em 31 de dezembro, as parcelas relativas ao passivo não circulante apresentam os seguintes vencimentos:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
2024	-	781.034	-	781.212
2025	1.074.068	214.328	1.074.797	214.506
2026	191.225	120.668	191.968	120.846
2027	170.260	109.706	170.857	118.720
Após 2027	367.207	255.643	367.482	246.643
	<u>1.802.760</u>	<u>1.481.379</u>	<u>1.805.104</u>	<u>1.481.927</u>

d. Compromissos (“covenants”)

Em 31 de dezembro de 2023, a Cooperativa possui contratos com cláusula contratual restritiva (*covenants*), conforme segue:

Agente financeiro	Modalidade	Emissão	Valor captado (em milhares Reais)	Vencimento	Covenants
Rabobank	PPE	22/09/2020	BRL 71.636	25/09/2025	(a), (b), (c) e (d)

- a) Índice de liquidez corrente: igual ou superior a 1,10;
- b) Índice dívida líquida / EBITDA: igual ou inferior a 4,0;
- c) Caixa mínimo de R\$ 400.000;
- d) Índice de solvência: igual ou maior que 0,25.

e. Garantias

Como parte dos requerimentos necessários para a realização de determinadas operações de crédito, o Grupo fornece garantias baseadas em imóveis de propriedade da Cooperativa, avais e penhor de produtos e insumos, conforme descrito abaixo:

	Saldo devedor 2023	Aval da diretoria	Hipoteca e penhor de imóveis	Penhor de produtos e equipamentos	Cessão fiduciária	Carta de fiança
Capital de giro	1.576.961	1.576.961	-	-	125.000	
Investimentos / Prodecoop	893.767	893.767	718.515	266.325	24.310	57.072
Operações M.E.	529.626	529.626	-	-	75.000	
	<u>3.000.354</u>	<u>3.000.354</u>	<u>718.515</u>	<u>266.325</u>	<u>224.310</u>	<u>57.072</u>

	Saldo devedor 2022	Aval da diretoria	Hipoteca e penhor de imóveis	Penhor de produtos e equipamentos
Capital de giro	2.298.254	2.298.254	-	339.000
Investimentos / Prodecoop	829.689	829.689	798.852	224.165
Operações M.E.	384.608	384.608	-	-
	<u>3.512.251</u>	<u>3.512.251</u>	<u>798.852</u>	<u>563.165</u>

20 Obrigações sociais e tributárias

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
INSS	14.631	13.920	14.821	14.043
ICMS	4.591	4.227	4.591	4.231
FGTS	4.941	4.389	4.984	4.428
IRRF	4.722	4.124	4.784	4.177
PIS e COFINS	795	720	908	809
IRPJ	-	-	14	19
Outros	894	985	930	1.012
	<u>30.574</u>	<u>28.365</u>	<u>31.032</u>	<u>28.719</u>

21 Obrigações com pessoal

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Provisão para férias	60.557	55.084	60.804	55.311
Programa de participação nos resultados	33.831	27.185	34.033	27.343
Salários e ordenados	32.093	28.768	32.094	28.770
Outros	745	488	745	489
	<u>127.226</u>	<u>111.525</u>	<u>127.676</u>	<u>111.913</u>

22 Outros débitos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Quotas partes a pagar	995	2.886	995	2.886
Adiantamento de clientes	68.754	52.485	68.754	52.485
Provisão para representação comercial	758	1.545	758	1.545
Provisão para sinistros	9.162	6.845	9.162	6.845
Outros	6.518	7.221	8.885	7.222
	86.187	70.982	88.554	70.983
Circulante	77.025	64.137	79.392	64.138
Não circulante	9.162	6.845	9.162	6.845

23 Partes relacionadas

Os saldos em 31 de dezembro de 2023, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, foram realizados conforme os termos e as condições acordados entre as partes, os quais poderiam ser diferentes caso fossem realizados com terceiros, não relacionados à Cooperativa, e estão apresentados a seguir.

(i) Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal chave da administração é composto pelo Conselho de Administração e Diretoria para um mandato de 04 (quatro) anos, e o Conselho Fiscal para um mandato de 01 (um) ano, designados mediante aprovação dos sócios da Cooperativa, na Assembleia Geral Ordinária.

Os montantes referentes à remuneração do pessoal chave da administração durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a título de benefícios de curto prazo foi de R\$ 3.775 (R\$ 3.302 em 2022). A Cooperativa não concede ao pessoal chave da administração benefícios com características de longo prazo.

(ii) Outras transações com partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos com partes relacionadas estão compostos da seguinte forma:

	Controladora			
	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	2023	2022	2023	2022
Contas a receber	2.098	3.379	-	-
Copfrio	140	250	-	-
Constel	1.220	2.144	-	-
Outros (i)	738	985	-	-
Contas a pagar	(1.989)	(1.990)	(8.860)	(8.227)
Copfrio	(23)	(24)	(2.796)	(2.602)
Constel	-	-	(6.064)	(5.625)
Outros (i)	(1.966)	(1.966)	-	-

- (i) Refere-se à transações realizadas com membros da administração na qualidade de associados da Cooperativa.

24 Provisões para contingências

O Grupo é envolvido em processos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários onde discute essas questões tanto na esfera judicial quanto administrativa. As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pelo Grupo, amparada pela opinião de seus consultores legais internos e externos.

Abaixo está representado os passivos contingentes de riscos considerados prováveis:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Trabalhista (i)	6.266	8.197	6.266	8.197
Cível	8.300	10.716	8.300	10.716
Cível pública (ii)	15.433	11.087	15.433	11.087
Honorários advocatícios	5.258	5.258	5.258	5.258
Depósitos judiciais	(4.563)	(4.913)	(4.563)	(4.913)
	30.694	30.345	30.694	30.345

- (i) A natureza das ações trabalhistas, consiste principalmente em reclamações de ex-empregados vinculados a disputas sobre o montante pago em demissões.
- (ii) Refere-se a ação interposta pelo Ministério Público do Trabalho por exceder os limites de horas de trabalho e intervalos de jornada determinado por lei.

Existem outros processos cíveis, trabalhistas e tributários avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante total de R\$ 33.354 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 22.644 em 2022), para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

25 Imposto de renda e contribuição social

A despesa de imposto de renda e contribuição social foram calculadas com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável em operações com não cooperados excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido. A aplicação de tais alíquotas leva em consideração o regime tributário de lucro real da Cooperativa. A despesa de imposto de renda e contribuição social dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 pode ser conciliada com o lucro contábil como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	545.387	394.972	546.389	395.757
Adições temporárias				
(+) Provisões ou perdas estimadas não dedutíveis	33.519	49.812	33.519	63.075
Adições permanentes				
(+) Outras adições	12.761	13.262	14.803	1.512
Exclusões temporárias				
(-) Reversões ou uso de perdas estimadas não dedutíveis	(50.020)	(31.726)	(50.020)	(31.726)
Exclusões permanentes				
(-) Resultado com cooperados	(469.035)	(317.827)	(469.035)	(317.827)
(-) Doações e subvenções governamentais	(27.922)	(15.735)	(27.922)	(15.735)
(-) Outras exclusões	(9.593)	(11.464)	(9.624)	(11.464)
(=) Base de cálculo CSLL	35.097	81.294	38.110	83.591
Juros sobre o capital próprio	(8.237)	(7.505)	(8.237)	(7.505)
(=) Base de cálculo IRPJ	26.860	73.789	29.873	76.086
Base para IRPJ adicional	26.619	73.549	29.633	75.846
IRPJ (15%) e adicional (10%)	6.690	18.424	7.418	18.998
CSLL (9%)	3.159	7.316	3.430	7.523
Total do IRPJ e CSLL	9.849	25.740	10.848	26.521
Taxa efetiva	1,81%	6,52%	1,99%	6,70%

26 Patrimônio líquido

a. Capital Social

O capital social está representado da seguinte forma:

	Controladora	
	2023	2022
Total do capital integralizado	159.387	141.217
Número de quotas-partes	159.387.435	141.217.271
Valor unitário das quotas	1,00	1,00
Número de associados	8.216	7.279

Neste exercício foram atribuídos juros sobre o capital social equivalente a 6% ao ano, calculados proporcionalmente ao valor do capital social integralizado até 31 de dezembro de 2023 no montante de R\$ 8.238 (R\$ 7.505 em 2022).

De acordo com o Art. 19 do Estatuto Social, cumpre ao Conselho de Administração elaborar a tabela básica de capital para identificar a quantidade de quotas-partes a serem subscritas pelo associado, a qual determina o valor mínimo de acordo com a atividade por ele exercida, a proporcionalidade da operação, bem como a forma de integralização.

No ano de 2023 foram integralizados no capital social dos associados, um montante de R\$ 5 (5 em 2022), provenientes de integralização de capital de novos cooperados.

Para efeito de aumento de capital, conforme determina o Art. 21 do Estatuto Social, serão retidos até 3% do valor bruto da produção comercializada pelo associado, até 31 de dezembro de 2023 o montante retido foi de R\$ 26.362 (R\$ 19.666 em 2022).

A cooperativa restituirá parte do capital social conforme determina o Art. 29 do Estatuto Social para o associado que completar 20 ou mais anos de filiação na proporção:

- de 20% do valor de suas quotas-parte aquele que se enquadrar na faixa etária de 55 a 59 anos de idade;
- de 40% do valor de suas quotas-parte aquele que se enquadrar na faixa etária de 60 a 64 anos de idade;
- de 60% do valor de suas quotas-parte aquele que se enquadrar na faixa etária de 65 a 69 anos de idade;
- da totalidade de suas quotas-parte ao associado que completar 70 anos de idade, e posteriormente, a cada novo ciclo de 5 anos, obrigando-se a preservar sempre o valor mínimo exigido para admissão na Cooperativa.

Em 31 de dezembro de 2023 foram restituídos o montante de R\$ 2.724 (R\$ 1.608 em 2022) referente à demissão, exclusão e eliminação e R\$ 5.473 (R\$ 5.403 em 2022) referente à cooperados com mais de 55 anos.

b. Reservas e destinações

De acordo com os Art. 86 e 88 do Estatuto Social as destinações dos resultados serão feitas de acordo com sua natureza sendo:

(i) Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES

O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é calculada da seguinte maneira:

- a. 10% das sobras apuradas no exercício;
- b. Resultados decorrentes da participação em sociedades não cooperativas;
- c. Resultados de operações com terceiros;
- d. Créditos de terceiros não reclamados, decorridos um ano.

(ii) Reserva legal

A reserva legal é calculada da seguinte maneira:

- a. 20% das sobras apuradas no exercício;
- b. Créditos de associados não reclamados, decorridos um ano;
- c. Capital a restituir não reclamado após dois anos de desligamento do associado;
- d. Auxílios e doações sem destinações específicas.

(iii) Reserva de desenvolvimento

De acordo com o estatuto da Cooperativa, a reserva de desenvolvimento é calculado em 25% das sobras apuradas no exercício.

(iv) Sobras a disposição da Assembleia Geral Ordinária – AGO

Os 45% remanescentes, serão distribuídos, após o referendo da Assembleia Geral Ordinária, entre os associados, proporcionalmente ao valor das operações por eles efetuadas no período com a Cooperativa.

As sobras referente a 2022 no valor de R\$ 98.592 foram liquidadas em 2023. As destinações legais em 31 de dezembro de 2023 se deram da seguinte forma:

	2023		
	Cooperados	Não cooperados	Total
Sobra e lucro líquido do exercício	469.036	66.502	535.538
Reserva de capital (subvenções)	(205.014)	(27.922)	(232.936)
Reversão de reserva especial	17.422	-	17.422
Juros sobre o capital próprio	-	(8.237)	(8.237)
Resultado de equivalência patrimonial	(1.797)	(245)	(2.042)
Sobras Cotriguaçu / Frimesa	(3.892)	-	(3.892)
Saldo antes das destinações	275.755	30.098	305.853
FATES - resultado com terceiros	-	(30.098)	(30.098)
FATES (10%)	(27.575)	-	(27.575)
Reserva legal (20%)	(55.151)	-	(55.151)
Reserva de desenvolvimento (25%)	(68.939)	-	(68.939)
Sobras a disposição da AGO	124.090	-	124.090

	2022		
	Cooperados	Não cooperados	Total
Sobra e lucro líquido do exercício	317.828	51.404	369.232
Reserva de capital	(94.772)	(15.734)	(110.506)
Reversão de reserva especial	3.713	-	3.713
Juros sobre o capital próprio	-	(7.505)	(7.505)
Resultado de equivalência patrimonial	(1.327)	(220)	(1.547)
Sobras Cotriguaçu / Frimesa	(6.349)	(1.054)	(7.403)
Saldo antes das destinações	219.093	26.891	245.984
FATES - resultado com terceiros	-	(26.891)	(26.891)
FATES (10%)	(21.909)	-	(21.909)
Reserva legal (20%)	(43.819)	-	(43.819)
Reserva de desenvolvimento (25%)	(54.773)	-	(54.773)
Sobras a disposição da AGO	98.592	-	98.592

c. Reserva especial

De acordo com Art. 90 do Estatuto Social, a Assembleia Geral poderá criar outras reservas, inclusive rotativas, com recursos destinados a fins específicos, fixando o modo de formação, aplicação e liquidação.

Tendo em vista os bons resultados apresentados pela atividade avícola, suinícola e de piscicultura, optou-se pela criação de uma reserva especial, a qual poderá ser revertida futuramente para amortizar possíveis resultados negativos apresentado pelas atividades.

A reserva especial está representada da seguinte forma:

Discriminação	Aves	Suínos	Peixes	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	134.122	40.701	10.617	185.440
Correção das reservas	8.274	2.509	655	11.438
Reversão de reserva	(17.588)	-	(11.272)	(28.860)
(=) Reversão reserva especial	(9.314)	2.509	(10.617)	(17.422)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	124.808	43.210	-	168.018
Discriminação	Aves	Suínos	Peixes	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	126.331	42.489	20.333	189.153
Reversão de reserva	-	(4.409)	(10.970)	(15.379)
Correção das reservas	7.791	2.621	1.254	11.666
	7.791	(1.788)	(9.716)	(3.713)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	134.122	40.701	10.617	185.440

d. Reserva de capital

Instituída pela Lei Estadual 13.212/2001 (Lei Brandão), refere-se a créditos presumido de ICMS que visa igualar as condições tributárias das indústrias de carnes instaladas no Paraná com os demais Estados do País. E com base no julgamento do tema 1182 do STJ em consonância com o disposto no artigo 30 da Lei 12.973/2014, refere-se a redução de base de cálculo de ICMS.

A evolução da reserva de capital refere-se a Lei Brandão nº 13.212/2001 que equipara as condições tributárias das indústrias de carnes instaladas no Paraná com os demais Estados do país e ao julgamento do tema 1182 do STJ em consonância com o disposto no artigo 30 da Lei 12.973/2014. O montante incentivado em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 232.936 (R\$ 110.506 em 2022).

e. Ajuste de avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial estão representados da seguinte forma:

	Controladora	
	2023	2022
Terrenos	66.399	66.420
Edificações	21.297	23.815
	87.696	90.235

f. Contabilidade de hedge

Compreende a parcela efetiva da variação líquida acumulada no valor justo dos instrumentos de *hedge* utilizados em *hedge* de fluxo de caixa, até que seja reconhecido no resultado ou diretamente incluído no custo inicial ou outro valor contábil de um ativo ou passivo não financeiro. Em 31 de dezembro de 2023 a variação líquida acumulada no valor justo dos instrumentos de *hedge* foi de R\$ 2.588 (R\$ 17.951 em 2022), fazendo com que o saldo destas transações nesta data seja de R\$ 3.784 (R\$ 1.196 em 2022).

27 Ingressos e receitas operacionais líquidas

			Controladora		Consolidado	
	Cooperados	Não cooperados	2023	2022	2023	2022
Vendas mercado interno	5.396.712	1.058.256	6.454.968	6.016.541	6.455.125	6.016.541
Vendas mercado externo	3.246.603	110.549	3.357.152	3.237.737	3.357.152	3.237.737
Receita com prestação de serviços	-	2.415	2.415	2.092	23.800	20.088
	8.643.315	1.171.220	9.814.535	9.256.370	9.836.077	9.274.366
(-) Impostos sobre vendas	(169.111)	(23.032)	(192.143)	(186.884)	(194.439)	(188.767)
(-) Devoluções e abatimentos	(112.276)	(13.083)	(125.359)	(162.391)	(125.359)	(162.391)
(-) Descontos incondicionais	(83.810)	(7.654)	(91.464)	(118.028)	(91.464)	(118.028)
	8.278.118	1.127.451	9.405.569	8.789.067	9.424.815	8.805.180
Total ingressos e receita líquida	8.278.118	1.127.451	9.405.569	8.789.067	9.424.815	8.805.180

28 Dispêndios e custos das vendas e serviços

			Controladora		Consolidado	
	Cooperados	Não cooperados	2023	2022	2023	2022
Matéria-prima	5.566.666	758.164	6.324.830	5.766.506	6.324.830	5.766.506
Depreciação e amortização	206.396	28.111	224.973	177.402	225.020	177.449
Depreciação direito de uso	48.436	6.597	55.033	57.178	55.033	57.178
Exaustão de reflorestamento	7.434	1.012	8.446	7.051	8.446	7.051
Salários e ordenados	281.987	38.406	320.393	272.334	320.393	272.334
Terceirização de pessoal	25.992	3.540	29.532	10.076	29.532	10.076
Manutenção e reparos	90.622	12.343	112.499	96.236	112.662	96.431
Energia elétrica	89.685	12.215	101.900	96.380	102.592	97.222
Material de uso e consumo	49.171	6.697	55.868	52.530	55.868	52.530
Vale transporte	34.948	4.760	39.708	41.304	39.708	41.304
Vale alimentação	50.016	6.812	56.828	45.445	56.828	45.445
Fretes	11.530	1.570	13.100	10.550	13.100	10.550
Indenizações trabalhistas	10.089	1.374	11.463	9.605	11.463	9.605
INSS	56.977	7.760	64.737	52.153	64.737	52.153
FGTS	27.722	3.776	31.498	28.050	31.498	28.050
Combustíveis e lubrificantes	23.322	3.176	26.498	26.494	26.498	26.494
Provisão de férias	32.889	4.479	37.368	36.062	37.368	36.062
Provisão de 13º salário	23.462	3.196	26.658	24.228	26.658	24.228
Outros custos	81.919	11.156	93.076	82.653	101.113	89.005
	6.719.263	915.144	7.634.408	6.892.237	7.643.347	6.899.673
	6.719.263	915.144	7.634.408	6.892.237	7.643.347	6.899.673

29 Dispêndios e despesas comerciais

	Cooperados	Não cooperados	Controladora		Consolidado	
			2023	2022	2023	2022
Fretes	460.098	62.664	522.762	554.895	522.765	554.898
Acordos e descontos	17.364	2.365	19.729	37.783	19.729	37.783
Despesas portuárias de exportação	30.094	4.099	34.193	29.749	34.193	29.749
Pedágio nacional	3.348	456	3.804	3.278	3.804	3.278
Comissões e bonificações	7.900	1.076	8.976	9.114	8.976	9.114
Outras	1.786	243	2.029	3.346	2.346	3.519
	<u>520.590</u>	<u>70.903</u>	<u>591.493</u>	<u>638.165</u>	<u>591.813</u>	<u>638.341</u>

30 Dispêndios e despesas administrativas

	Cooperados	Não cooperados	Controladora		Consolidado	
			2023	2022	2023	2022
Provisão com perdas de crédito	(10.995)	(1.498)	(12.493)	57.886	(12.493)	57.886
Depreciação e amortização	45.912	6.257	52.169	57.705	54.416	61.119
Depreciação direito de uso	5.174	705	5.879	4.819	5.879	4.819
Consultoria e assistência técnica	42.446	5.781	48.227	34.505	48.227	34.505
Material de uso e consumo	19.045	2.594	21.639	21.148	21.686	21.175
Armazenagem	2.937	400	3.337	2.841	3.337	2.841
Publicidade e propaganda	9.221	1.256	10.477	10.824	10.477	10.824
Energia elétrica	12.425	1.692	14.117	13.019	14.504	13.451
Combustíveis e lubrificantes	17.468	2.379	19.847	22.727	19.860	22.742
Manutenção e reparos	48.354	6.586	54.940	53.821	55.198	54.121
Aluguéis e arrendamentos	3.106	423	3.529	2.195	3.541	2.206
Fretes	5.958	812	6.770	4.976	6.771	4.976
Perdas recebimento de crédito	8.910	1.214	10.124	509	10.124	509
Seguro de imobilizado/estoque	9.843	1.342	11.185	7.421	11.185	7.421
Brindes, doações e patrocínios	11.839	1.613	13.452	5.563	13.452	5.563
Outras	27.727	3.769	31.496	19.549	31.717	23.089
	<u>259.370</u>	<u>35.325</u>	<u>294.695</u>	<u>319.508</u>	<u>297.881</u>	<u>322.428</u>

31 Dispêndios e despesas com pessoal

			Controladora		Consolidado	
	Cooperados	Não cooperados	2023	2022	2023	2022
Salários e ordenados	104.161	14.186	118.347	111.231	120.168	112.841
Terceirização de pessoal	20.827	2.837	23.664	37.280	23.664	37.280
Vale alimentação	18.595	2.533	21.128	20.362	21.253	20.465
INSS	27.640	3.765	31.405	29.908	31.987	30.432
FGTS	13.633	1.857	15.490	13.836	15.664	14.000
PPR	29.775	4.055	33.830	27.185	34.032	27.343
Provisão de férias	16.412	2.235	18.647	18.048	18.859	18.249
Provisão de 13º salário	11.628	1.584	13.212	11.931	13.375	12.080
Indenizações trabalhistas	3.933	536	4.469	3.462	4.469	3.462
Outros	4.249	578	4.827	836	5.062	1.016
	250.853	34.166	285.019	274.079	288.533	277.168

32 Resultado financeiro

			Controladora		Consolidado	
	Cooperados	Não cooperados	2023	2022	2023	2022
Varição cambial ativa	201.669	27.466	229.135	336.153	229.135	336.153
Rendimento de aplicações	-	191.783	191.783	124.032	192.300	124.399
Juros e descontos recebidos	44.381	6.045	50.426	36.121	50.437	36.128
Varição monetária ativa	11.703	1.594	13.297	10.432	13.298	10.434
Prêmio com operações de trava	5.936	808	6.744	16.479	6.744	16.479
Outras	2.312	315	2.627	-	2.627	-
	266.001	228.011	494.012	523.217	494.541	523.593

			Controladora		Consolidado	
	Cooperados	Não cooperados	2023	2022	2023	2022
Juros sobre financiamentos	(153.357)	(199.297)	(352.654)	(277.184)	(352.654)	(277.184)
Varição cambial passiva	(208.881)	(28.449)	(237.330)	(353.336)	(237.330)	(353.336)
Juros e descontos concedidos	(144.736)	(19.713)	(164.449)	(104.917)	(164.813)	(105.073)
Varição monetária passiva	(5.879)	(801)	(6.680)	(2.423)	(6.680)	(2.423)
Juros de direito de uso	(14.504)	(1.975)	(16.479)	(26.176)	(16.479)	(26.176)
Outras	(22.912)	(3.121)	(26.033)	(63.547)	(26.054)	(63.581)
	(550.269)	(253.356)	(803.625)	(827.583)	(804.010)	(827.773)

33 Demonstração de sobras ou perdas por negócio (Lei n.º 5.764/71)

Atendendo ao disposto na Lei n.º 5.764/71 e NBC ITG/CFC n.º 2004 Entidade Cooperativa, apresentamos as sobras e perdas apuradas em 31 de dezembro de 2022 e 2021, demonstradas segregadamente por atividades desenvolvidas pela cooperativa, conforme segue:

	2023								
	Carnes	Peixe	Cereais/ Insumos	Supermercados	Revenda	Nutrição Animal	Suínos	Leite	Total
Receita líquida	4.576.733	527.943	3.157.454	263.643	141.238	289.021	415.218	34.319	9.405.569
(-) Custos e instrumentos financeiros	(3.688.251)	(417.806)	(2.603.273)	(210.593)	(111.903)	(238.168)	(379.974)	(35.185)	(7.685.153)
Sobra e lucro bruto	888.482	110.137	554.181	53.050	29.335	50.853	35.244	(866)	1.720.416
(-) Despesas e outras receitas	(687.475)	(49.137)	(40.711)	(34.817)	(20.316)	(29.214)	(7.434)	(6.161)	(875.265)
(-) Resultado financeiro	(111.079)	(11.236)	(172.898)	(1.820)	(1.032)	(3.766)	(7.784)	2	(309.613)
Resultado líquido	89.928	49.764	340.572	16.413	7.987	17.873	20.026	(7.025)	535.538

2022									
	Carnes	Peixe	Cereais/ Insumos	Supermercados	Revenda	Nutrição Animal	Suínos	Leite	Total
Receita líquida	4.924.192	458.260	2.352.916	231.310	133.827	337.777	314.658	36.127	8.789.067
(-) Custos e instrumentos financeiros	(3.932.041)	(373.721)	(1.671.777)	(183.333)	(104.892)	(289.124)	(296.763)	(31.851)	(6.883.502)
Sobra e lucro bruto	992.151	84.539	681.139	47.977	28.935	48.653	17.895	4.276	1.905.565
(-) Despesas e outras receitas	(743.478)	(58.458)	(342.348)	(32.534)	(18.952)	(31.388)	(663)	(4.146)	(1.231.967)
(-) Resultado financeiro	(130.456)	(6.083)	(155.232)	(1.334)	(969)	(2.595)	(7.697)	-	(304.366)
Resultado líquido	118.217	19.998	183.559	14.109	9.014	14.670	9.535	130	369.232

34 Arrendamentos a pagar

A Cooperativa arrenda imóveis, planta industrial e terras para plantação de eucalipto. Os pagamentos de arrendamento são reajustados individualmente e de acordo com cada contrato, para refletir os valores de mercado. Alguns arrendamentos proporcionam pagamentos adicionais de aluguel, que são baseados em alterações do índice geral de preços. Os pagamentos relacionados aos contratos de arrendamento de terras são pagos em sacas de soja, e desta forma, acompanham às oscilações nos preços de *commodities*.

Anteriormente, os arrendamentos de máquinas e equipamentos, imóveis e veículo eram classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1).

Os contratos de baixo valor ou de curto prazo enquadrados na isenção da norma representados, substancialmente, por locação de equipamentos, barracões, empilhadeiras, entre outros. A Cooperativa optou por não reconhecer os ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para esses arrendamentos, e nem os contratos cujo prazo é inferior a 12 meses.

A movimentação do direito de uso, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi a seguinte:

Ativos de direito de uso	Terras	Imóveis	Planta Industrial	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	140.913	15.116	324.607	480.636
Adições	39.198	254	-	39.452
Baixas	-	-	(8.252)	(8.252)
Depreciação (i)	(9.497)	(5.879)	(55.018)	(70.394)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	170.614	9.491	261.337	441.442
Ativos de direito de uso	Terras	Imóveis	Planta Industrial	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	109.674	17.750	381.060	508.484
Adições	37.624	2.897	-	40.521
Depreciação	(6.385)	(5.531)	(56.453)	(68.369)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	140.913	15.116	324.607	480.636

- (i) A depreciação do direito de uso durante o exercício de 2023 foi de R\$ 70.394, desse montante foi transferido R\$ 9.482 para o ativo biológico na rubrica de florestas em formação, esse valor é transferido ao resultado no momento do corte das florestas.

A movimentação do passivo de arrendamento, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, foi a seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	503.152
Adições	14.332
Pagamentos	(73.930)
Juros reconhecidos	16.479
Saldo em 31 de dezembro de 2023	460.033
Circulante	71.952
Não circulante	388.081
Saldo em 31 de dezembro de 2021	520.228
Adições	40.521
Pagamentos	(77.401)
Juros reconhecidos	19.804
Saldo em 31 de dezembro de 2022	503.152
Circulante	74.927
Não circulante	428.225

35 Instrumentos financeiros

a. Gerenciamento dos riscos:

Visão geral

A Cooperativa possui exposição para os seguintes riscos: de crédito, de liquidez e de mercado resultantes de instrumentos financeiros.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Cooperativa para cada um dos riscos acima, os objetivos da Cooperativa, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do patrimônio da Cooperativa.

b. Estrutura de gerenciamento dos riscos

A Cooperativa mantém operações com instrumentos financeiros. O gerenciamento desses instrumentos é efetuado por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Cooperativa pretende cobrir (por exemplo: câmbio, taxa de juros e preço das *commodities*).

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Cooperativa não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Cooperativa. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Cooperativa.

A Cooperativa segue o gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos periodicamente os limites de crédito e a qualidade do *hedge* das contrapartes.

Nos termos dessa gestão, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira, mediante exame e revisão de informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo procedimentos e práticas a ele aplicadas. Nas condições de sua gestão de riscos, a Cooperativa administra alguns dos riscos através da utilização de instrumentos derivativos, que geralmente proíbem negociações especulativas e vendas a descoberto.

Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir. Não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas.

	Controladora				Consolidado			
	Custo amortizado	Instrumentos financeiros (VRJ)	Instrumentos financeiros (VJORA)	Total contábil	Custo amortizado	Instrumentos financeiros (VRJ)	Instrumentos financeiros (VJORA)	Total contábil
Em 31 de dezembro 2023								
Ativos financeiros								
Caixa e equivalentes de caixa	1.212.746	-	-	1.212.746	1.212.746	-	-	1.212.746
Aplicações financeiras	470.520	-	-	470.520	470.520	-	-	470.520
Contas a receber	1.330.223	-	-	1.330.223	1.330.223	-	-	1.330.223
Instrumentos financeiros derivativos	-	83.222	525	83.747	-	83.222	525	83.747
Outros créditos a receber	164.915	-	-	164.915	164.915	-	-	164.915
	<u>3.178.404</u>	<u>83.222</u>	<u>525</u>	<u>3.262.151</u>	<u>3.178.404</u>	<u>83.222</u>	<u>525</u>	<u>3.262.151</u>
Passivos financeiros								
Débito cooperados e não cooperados	434.683	953.027	-	1.387.710	434.683	953.027	-	1.387.710
Fornecedores	555.001	-	-	555.001	555.001	-	-	555.001
Empréstimos e financiamentos	3.000.354	-	-	3.000.354	3.000.354	-	-	3.000.354
Instrumentos financeiros derivativos	-	196.482	224	196.706	-	196.482	224	196.706
	<u>3.990.038</u>	<u>1.149.509</u>	<u>224</u>	<u>5.139.771</u>	<u>3.990.038</u>	<u>1.149.509</u>	<u>224</u>	<u>5.139.771</u>
Em 31 de dezembro 2022								
Ativos financeiros								
Caixa e equivalentes de caixa	1.132.672	-	-	1.132.672	1.137.283	-	-	1.137.283
Aplicações financeiras	350.051	-	-	350.051	350.051	-	-	350.051
Contas a receber	1.139.520	-	-	1.139.520	1.139.764	-	-	1.139.764
Instrumentos financeiros derivativos	-	116.073	2.116	118.189	-	116.073	2.116	118.189
Outros créditos a receber	152.060	-	-	152.060	152.371	-	-	152.371
	<u>2.774.303</u>	<u>116.073</u>	<u>2.116</u>	<u>2.892.492</u>	<u>2.779.469</u>	<u>116.073</u>	<u>2.116</u>	<u>2.897.658</u>
Passivos financeiros								
Débito cooperados e não cooperados	513.205	727.924	-	1.241.129	513.205	727.924	-	1.241.129
Fornecedores	528.189	-	-	528.189	533.570	-	-	533.570
Empréstimos e financiamentos	3.512.251	-	-	3.512.251	3.512.977	-	-	3.512.977
Instrumentos financeiros derivativos	-	174.610	920	175.530	-	174.610	920	175.530
	<u>4.553.645</u>	<u>902.534</u>	<u>920</u>	<u>5.457.099</u>	<u>4.559.752</u>	<u>902.534</u>	<u>920</u>	<u>5.463.206</u>

As operações estão sujeitas aos fatores de riscos, descritos a seguir:

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Cooperativa incorrer em perdas decorrentes de inadimplência de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha deste em cumprir com suas obrigações contratuais.

O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

A exposição da Cooperativa a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Cooperativa considera a distribuição geográfica dos clientes em sua avaliação, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera, uma vez que esses fatores podem ter impacto no risco de crédito.

A Cooperativa estabeleceu uma política de crédito, na qual novos clientes são analisados individualmente quanto à sua condição financeira antes da Cooperativa apresentar sua proposta de limite de crédito e os termos de pagamento. A revisão efetuada pela Cooperativa inclui ratings externos, quando disponíveis, e referências bancárias.

Para mitigar esses riscos, a Cooperativa adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes. Limites de crédito são estabelecidos para cada cliente, e representam o montante máximo de exposição. Os limites são revistos periodicamente. Clientes que não atenderem às condições de crédito estabelecidas pela Cooperativa, somente são atendidos na medida em que realizarem a antecipação do pagamento.

No monitoramento do risco de crédito, os clientes são analisados de acordo com suas características de crédito, incluindo se estes são clientes pessoas físicas ou jurídicas, se são industriais, atacadistas, revendedores ou clientes finais, a área geográfica, o ramo de atividade e a existência de dificuldades financeiras no passado. Clientes que são considerados como “risco alto” são monitorados, e vendas são realizadas somente com pagamento antecipado.

A política de vendas da Cooperativa considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas "contas a receber".

A política de crédito da Cooperativa com o associado considera o nível de risco que está disposta a se sujeitar nas relações negociais próprias, utilizando de premissas e diretrizes na análise de concessão do crédito. O processo leva em conta os antecedentes, a capacidade, o comprometimento do patrimônio, o oferecimento de garantias reais e o grau de exposição ao risco. A gestão de crédito considera o grau de endividamento do associado, mitigando dessa forma o risco de inadimplência.

No que diz respeito às aplicações financeiras e demais investimentos, a Cooperativa tem como política trabalhar com instituições de primeira linha e de baixo risco avaliadas por agências de rating e não ter investimentos concentrados em um único grupo econômico.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Cooperativa irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Cooperativa na administração de liquidez é de garantir,

o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Cooperativa.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

Tipicamente, a Cooperativa garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com dispêndios e despesas operacionais esperadas, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

Risco de mercado

(i) *Risco de preço das mercadorias vendidas ou produzidas ou dos insumos adquiridos*

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado (tais como as taxas de câmbio, preços de commodities e taxas de juros), têm nos ganhos da Cooperativa ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Cooperativa opera com instrumentos financeiros derivativos e também cumpre com obrigações financeiras para gerenciar riscos de mercado. Todas estas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração.

As oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nos ingressos e receitas e nos dispêndios, despesas e custos da Cooperativa. Para mitigar esses riscos, a Cooperativa monitora permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

(ii) *Risco com taxa de juros*

O risco associado é oriundo da possibilidade da Cooperativa incorrer em ganhos e/ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros e que aumentem os dispêndios e despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Visando à mitigação desse tipo de risco, a Cooperativa monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas, buscando diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas, e em determinadas circunstâncias são efetuadas operações com instrumentos financeiros derivativos para travar o custo financeiro das operações.

(iii) *Risco com taxa de câmbio*

A Cooperativa está sujeita ao risco de moeda nas vendas, compras e empréstimos denominados em uma moeda diferente da moeda funcional da Cooperativa, o Real (R\$). A moeda nas quais estas transações são denominadas é principalmente o Dólar (USD).

Em geral, a Cooperativa protege (*hedge*) sua exposição esperada de moeda estrangeira com relação a vendas e compras previstas para os próximos doze meses. A Cooperativa também protege as contas a receber de clientes e a pagar a fornecedores, denominadas em moeda estrangeira, quando existentes. A Cooperativa utiliza contratos de mercado futuro para proteger seu risco de moeda, sendo a maioria com vencimento de menos de um ano da data das demonstrações financeiras.

A Cooperativa tem compromissos de compras, bem como parte do ingresso e da receita de vendas de commodities com preços que variam de acordo com oscilações de moeda estrangeira. Em complemento a este *hedge* natural, a Cooperativa contrata derivativos para reduzir a exposição ao risco de mudança na taxa de câmbio.

(iv) *Risco de variações de preços de commodities*

A Cooperativa possui saldos e transações indexados ao preço das commodities, em especial da soja, milho e trigo, expondo estes ativos e passivos às flutuações no preço das commodities, conforme demonstrado no quadro de sensibilidade.

A Cooperativa possui contratos de derivativos para fazer *hedge* contra esse risco. Adicionalmente, a Cooperativa monitora continuamente a sua exposição frente ao preço das commodities com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de novas operações de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade desses preços.

(v) *Risco de estrutura de capital (risco financeiro)*

Decorre da escolha entre capital próprio e capital de terceiros que a Cooperativa faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Cooperativa monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. Em determinadas circunstâncias são efetuadas operações de *hedge* para evitar oscilações do custo financeiro das operações.

Instrumentos financeiros derivativos

A Cooperativa tem por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos exclusivamente com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação, contra os riscos de flutuação na taxa de câmbio, e não são utilizados para fins especulativos.

A Administração da Cooperativa mantém monitoramento permanente sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados por meio dos seus controles internos. O valor justo estimado para os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Cooperativa foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e de metodologias específicas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo de cada operação.

As perdas e os ganhos com as operações de derivativos são reconhecidos mensalmente considerando o valor justo (mercado) desses instrumentos. A provisão para as perdas ou ganhos não realizadas é reconhecida na conta "instrumentos derivativos", no balanço patrimonial e as contrapartidas no resultado, exceto as operações classificadas como instrumentos de *hedge* utilizados em *hedge* de fluxo de caixa que possuem as contrapartidas no patrimônio líquido, conforme nota explicativa 26f.

Os contratos futuros relacionados com moeda estrangeira são contratados com o objetivo principal de proteger vendas futuras em moeda estrangeira não apresentando, portanto, riscos que possam gerar prejuízos materiais para a Cooperativa.

Os instrumentos financeiros derivativos são contratados com instituições financeiras de primeira linha, no Brasil e no exterior.

No quadro abaixo, demonstramos as origens e classificações dos saldos nas demonstrações financeiras:

2023							
Ativo	Soja	Milho	Trigo	Farelo / Óleo soja	Fertilizante	Moeda	Total
Compra e venda futura de <i>commodities</i> (i)	602	25.030	183	1.112	-	-	26.927
<i>Non Deliverable Forward</i> – NDF (ii)	-	-	-	-	-	16.669	16.669
Trava cambial	-	-	-	-	-	1.505	1.505
Swap (iii)	-	-	-	-	-	506	506
Opções (iv)	25.407	3.461	-	-	-	6.039	34.907
Futuro	119	2.928	-	-	-	-	3.047
Basis Asian	186	-	-	-	-	-	186
	<u>26.314</u>	<u>31.419</u>	<u>183</u>	<u>1.112</u>	<u>-</u>	<u>24.719</u>	<u>83.747</u>
Passivo							
Compra e venda futura de <i>commodities</i> (i)	20.909	1.881	176	-	-	-	22.966
<i>Non Deliverable Forward</i> - NDF(ii)	-	-	-	-	-	10.055	10.055
Opções (iv)	33.232	4.629	-	-	-	20.435	58.296
Swap (iii)	-	-	-	-	-	61.218	61.218
Asian Swap DF	-	-	-	-	1.096	-	1.096
Futuro	7.675	20.538	-	123	-	-	28.336
Arrendamento a pagar (v)	14.739	-	-	-	-	-	14.739
	<u>76.555</u>	<u>27.048</u>	<u>176</u>	<u>123</u>	<u>1.096</u>	<u>91.708</u>	<u>196.706</u>
Circulante							(98.220)
Não circulante							(14.739)
2022							
Ativo	Soja	Milho	Trigo	Farelo / Óleo soja	Fertilizante	Moeda	Total
Compra e venda futura de <i>commodities</i> (i)	7.872	-	3.906	627	-	-	12.405
<i>Non Deliverable Forward</i> – NDF (ii)	-	-	-	-	-	10.546	10.546
Trava cambial	-	-	-	-	-	2.072	2.072
Swap (iii)	-	-	-	-	-	4.538	4.538
Opções (iv)	54.082	-	2.351	-	-	20.692	77.125
Futuro	8.687	1.942	280	594	-	-	11.503
	<u>70.641</u>	<u>1.942</u>	<u>6.537</u>	<u>1.221</u>	<u>-</u>	<u>37.848</u>	<u>118.189</u>
Passivo							
Compra e venda futura de <i>commodities</i> (i)	121	-	231	1.027	-	-	1.379
<i>Non Deliverable Forward</i> - NDF(ii)	-	-	-	-	-	2.238	2.238
Opções (iv)	34.355	-	1.029	-	-	19.631	55.015
Swap (iii)	-	-	-	-	-	30.697	30.697
Asian Swap DF	-	-	-	-	47	-	47
Futuro	1.361	29	-	13.931	-	-	15.321
Arrendamento a pagar (v)	70.833	-	-	-	-	-	70.833
	<u>106.670</u>	<u>29</u>	<u>1.260</u>	<u>14.958</u>	<u>47</u>	<u>52.566</u>	<u>175.530</u>
Circulante							13.942
Não circulante							(70.833)

(i) *Contratos a termo de Commodities*

Os valores classificados como contratos de *commodities* referem-se ao valor justo de operações de compra e venda futura de *commodities* através de contrato junto aos associados, clientes e instituições financeiras.

Os valores justos foram estimados com base em informações disponíveis no mercado e de metodologias específicas de avaliações, trazidas a valor presente.

A chamada de margem é uma equalização financeira exigida pelas bolsas de valores em operações que envolvem risco, com o objetivo de manter o bom funcionamento do mercado.

(ii) *NDFs*

Os valores classificados como contratos a termo cambiais referem-se ao valor justo de operações de NDF (*Non Deliverable Forwards*) de câmbio para proteção das exposições. Os valores justos foram

estimados com base em informações disponíveis no mercado e de metodologias específicas de avaliações, trazidas a valor presente.

A Cooperativa realiza operações de instrumento financeiro *Non Deliverable Forward* - NDF, que se constitui em um acordo entre a Cooperativa e o banco, de compra e/ou venda de uma quantidade determinada de moeda estrangeira em uma data futura, por uma taxa pré-definida. Não há desembolso de caixa no início da operação e no vencimento a liquidação é realizada pela diferença entre a taxa contratada e a taxa de liquidação efetiva da moeda (definida no início da operação). O principal objetivo é oferecer uma trava de taxa futura de câmbio do contas a pagar ou a receber em moeda estrangeira no futuro. A diferença entre a taxa contratada e as cotações da moeda é ajustada diariamente por desembolsos ou reembolsos de caixa, reconhecidos no resultado financeiro. Não há entrega física de moeda.

(iii) *Swap*

As operações de *swap* são contratadas apenas como proteção do endividamento em moeda estrangeira, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira. Não há desembolso de caixa no início da operação e, no vencimento, a liquidação é realizada pela diferença entre a taxa contratada e a taxa efetiva da moeda.

Em 31 de dezembro de 2023, a Cooperativa detinha operações de *swap*, conforme demonstrado a seguir:

2023					
Modalidade	USD	R\$	Indexador ativo	Indexador passivo	MTM
<i>Swap</i> a termo	9.000	50.720	2,34%	100% CDI+1,70%	(3.530)
<i>Swap</i> a termo	14.423	75.000	7,57%	100% CDI+1,40%	(6.155)
<i>Swap</i> a termo	19.211	100.000	7,34%	100% CDI+1,39%	(8.620)
<i>Swap</i> a termo	45.000	234.765	7,33%	100% CDI+1,20%	(30.597)
<i>Swap</i> a termo	17.400	90.306	7,02	100% CDI+1,35%	(11.724)
<i>Swap</i> a termo		100.000	10,85%	100% CDI+0,90%	(592)
<i>Swap</i> a termo		120.000	11,32%	100% CDI+1,17%	506
					<u>(60.712)</u>
2022					
Modalidade	USD	R\$	Indexador ativo	Indexador passivo	MTM
<i>Swap</i> a termo	-	60.000	12,59%	100% CDI+1,25%	(1.211)
<i>Swap</i> a termo	9.000	50.720	2,34%	100% CDI+1,70%	(5.016)
<i>Swap</i> a termo	17.500	91.613	2,48%	100% CDI+1,80%	(9.323)
<i>Swap</i> a termo	21.800	115.976	2,84%	100% CDI+1,52%	(12.826)
<i>Swap</i> a termo	3.212	15.000	3,55%	100% CDI+1,70%	1.462
<i>Swap</i> a termo	-	70.000	14,00%	100% CDI+1,07%	(602)
<i>Swap</i> a termo	14.700	70.000	4,07%	100% CDI+1,75%	1.590
<i>Swap</i> a termo	-	100.000	14,70%	100% CDI+1,15%	12
<i>Swap</i> a termo	-	200.000	14,73%	100% CDI+1,15%	33
<i>Swap</i> a termo	-	50.000	14,55%	100% CDI+1,40%	(278)
					<u>(26.159)</u>

(iv) *Opções*

As operações de opções são contratadas como proteção para a variação no preço das *commodities*. Os valores justos foram estimados com base em informações disponíveis no mercado e de metodologias específicas de avaliações, trazidas a valor presente.

(v) *Arrendamento a pagar*

Refere-se à variação de preço de contratos de arrendamento de terras a pagar com sacas de soja. O valor é atualizado mensalmente com base no preço de mercado ao final de cada mês.

c. Análise de sensibilidade

A Cooperativa apresenta a seguir os quadros de sensibilidade para os riscos de variações cambiais e de variação de preço das *commodities* a que está exposta, considerando que os eventuais efeitos impactariam os resultados futuros, tomando como base as exposições apresentadas nos períodos.

Exposição ao câmbio

A Cooperativa possui ativos e passivos atrelados à moeda estrangeira no balanço de 31 de dezembro de 2022 e 2021 e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário I, a taxa de mercado futuro vigente no período de elaboração destas demonstrações financeiras, para o cenário II, esta taxa foi reduzida em 10%, e para o cenário III, foi aumentada em 10%.

Desta forma, o quadro abaixo demonstra o efeito da variação cambial no resultado futuro:

2023			
Posição	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Instrumentos financeiros derivativos - NDF / travas cambiais	8.119	7.307	8.931
Clientes exportação	5.037	4.533	5.541
Fornecedores importação	(518)	(466)	(570)
Dívida em moeda estrangeira – Swap	<u>(60.712)</u>	<u>(54.641)</u>	<u>(66.783)</u>
Posição líquida	<u>(48.074)</u>	<u>(43.267)</u>	<u>(52.881)</u>
2022			
Posição	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Instrumentos financeiros derivativos - NDF / travas cambiais	10.380	9.342	11.418
Clientes exportação	(1.965)	(1.769)	(2.162)
Fornecedores importação	309	278	340
Dívida em moeda estrangeira – Swap	<u>(26.159)</u>	<u>(23.543)</u>	<u>(28.775)</u>
Posição líquida	<u>(17.435)</u>	<u>(15.692)</u>	<u>(19.179)</u>

Exposição à variação do preço das commodities

A Cooperativa possui saldos atrelados à cotação dos valores das *commodities* no balanço de 31 de dezembro de 2023 e 2022 e para fins de análise de sensibilidade, adotou cotações vigentes em datas próximas à da divulgação das referidas demonstrações financeiras como cenário I. Para o cenário II, estas cotações foram reduzidas em 10% e, para o cenário III, foram aumentadas em 10%.

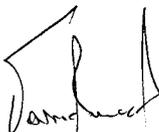
Com tais considerações, o quadro abaixo demonstra o efeito da variação do preço das commodities no resultado futuro:

2023			
Posição	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Soja	(20.307)	(18.276)	(22.338)
Trigo	7	6	8
Milho	23.149	20.834	25.464
Óleo / Farelo	1.112	1.001	1.223
Posição líquida	3.961	3.565	4.357

2022			
Posição	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Soja	7.751	6.976	8.526
Trigo	3.675	3.308	4.043
Óleo / Farelo	(400)	(360)	(440)
Posição líquida	11.026	9.923	12.129

36 Cobertura de seguros

A política de seguros considera principalmente a concentração de riscos e sua relevância e os seguros são contratados por valores considerados suficientes pela Administração, considerando a natureza das atividades desenvolvidas pelo Grupo.


 Valter Pitol
 Diretor-presidente
 CPF 132.955.860-04


 James Fernando de Moraes
 Diretor vice-presidente
 CPF 451.271.159-72

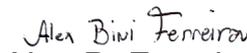

 Solange Aparecida dos Santos Kosinski
 Contadora CRC/PR 051.975/O
 CPF 016.326.149-01

Parecer do Conselho Fiscal

Nós, membros do Conselho Fiscal da **COPACOL – Cooperativa Agroindustrial Consolata**, examinamos as demonstrações contábeis e as notas explicativas sobre o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, baseados em nossos trabalhos e no da Auditoria Externa e seu parecer, nos esclarecimentos prestados pelos Diretores, Superintendentes, Auditoria Interna, bem como nos relatórios a nós apresentados e nos acompanhamentos realizados por este Conselho durante todo o exercício, somos de parecer que as demonstrações contábeis refletem a posição da cooperativa naquela data.

Portanto, recomendamos à Assembleia Geral Ordinária a sua aprovação.

Cafelândia, 19 de janeiro de 2024.


Alex B. Ferreira


Geraldo de M. Correa


Rogério Effting


Jair I. Felipe


Martim J. Steimbach


Paulo Oenning



Copacol

